

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA EM PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
CULTURA, DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO**

**RARENA CERQUEIRA DA SILVA**

**JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO ENSINO MÉDIO**

**CACHOEIRA**

**2023**

RARENA CERQUEIRA DA SILVA

**JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Prof. Dr. Nilson Weisheimer.

CACHOEIRA

2023

---

S586j Silva, Rarena Cerqueira da.

Juventude e Participação Política no Ensino Médio. / Rarena Cerqueira da Silva. Cachoeira, BA, 2023.  
100f.:il.color

Orientador: Prof. Dr. Nilson Weisheimer

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, 2023.

1. Movimentos estudantis - Brasil. 2. Estudantes - Atividades políticas - Brasil. 3. Política e Governo. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 378.19810981

---

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.  
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)  
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

RARENA CERQUEIRA DA SILVA

## JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO ENSINO MÉDIO

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.



Documento assinado digitalmente

**NILSON WEISHEIMER**

Data: 02/10/2023 15:26:52-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Nilson Weisheimer**  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Orientador



Documento assinado digitalmente

**ANTONIO MATEUS DE CARVALHO SOARES**

Data: 18/01/2024 11:58:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Antonio Mateus de Carvalho Soares**  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Documento assinado digitalmente

**THAIS JOI MARTINS**

Data: 09/10/2023 20:39:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Profa. Dra. Thais Joi Martins**  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Cachoeira, 31, julho de 2023

Este trabalho é dedicado aos meus pais, por todo amor, incentivo, suporte e acolhimento,  
durante toda minha trajetória acadêmica.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter me dado forças para concluir esta etapa tão importante na minha vida.

Aos meus pais por todo amor, dedicação e incentivo, sempre fazendo o possível para me verem crescer pessoal e profissionalmente.

Ao professor Nilson Weisheimer por toda dedicação, compreensão, disponibilidade e paciência. Sempre proporcionando momentos ímpares de reflexão teórica, contribuindo para o meu amadurecimento pessoal e profissional.

Aos professores Antônio Mateus Soares e Maurício Ferreira por contribuírem no meu trabalho, me mostraram uma dimensão crítica, pautadas em ângulos distintos para a construção teórica da minha pesquisa.

Aos estudantes entrevistados do Movimento Estudantil na Bahia, sempre dispostos a me ajudarem.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)-Código de Financiamento 001", por ter financiado os últimos meses desta pesquisa, apoio extremamente necessário e que contribuiu para melhorias no processo de desenvolvimento.

Gratidão a todos!

## RESUMO

Esta Dissertação de mestrado tem como objetivo compreender os sentidos da participação política para os jovens estudantes do ensino médio na Bahia. Ela associa três objetivos específicos: conhecer o perfil de jovens estudantes que atuam no movimento estudantil secundarista; descrever as práticas de participação política desses jovens; e interpretar os sentidos atribuídos por esses jovens à participação política. É importante ressaltar que esta é uma pesquisa social empírica de caráter exploratório, de natureza qualitativa. Por meio dessa metodologia, alcançamos os resultados finais. Desta maneira, identificamos que o sentido da participação na perspectiva desses jovens é marcado pela busca de transformação social, através de participações em movimentos sociais e partidos políticos com vista a incidir em espaços institucionais de poder.

**Palavras-chave:** jovem estudante; movimento estudantil; participação política; confiança nas instituições.

## ABSTRACT

This master's thesis aims to understand the meanings of political participation for young high school students in Bahia. It combines three specific objectives: to understand the profile of young students who work in the secondary student movement; describe the political participation practices of these young people; and interpret the meanings attributed by these young people to political participation. It is important to highlight that this is empirical social research of an exploratory nature, qualitative in nature. Through this methodology, we achieve final results. In this way, we identify that the meaning of participation from the perspective of these young people is marked by the search for social transformation, through participation in social movements and political parties with a view to influencing institutional spaces of power.

**Keywords:** young student; student movement; political participation; trust in institutions.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Fontes de informação sobre assuntos políticos.....	67
Gráfico 2- Fonte de informação que consideram mais confiável.....	77
Gráfico 3- Posição ideológica.....	80

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Manifesto do Partido e Juventude Comunista .....	41
Imagem 2 - Manifestação estudantil contra o aumento da tarifa dos bondes- Rio de Janeiro/1956.....	42
Imagem 3 - Greve dos estudantes em 1956.....	43
Imagem 4 - Arquivo IEB – Fundo Graciliano Ramos.....	44
Imagem 5 - Arquivo IEB – Fundo Caio Prado Júnior.....	45
Imagem 6 - Arquivo IEB – Fundo Fernando de Azevedo.....	47
Imagem 7 - Os “caras-pintadas” .....	49
Imagem 8 - Créditos de Imagem: Fábio Braga/Folhapress.....	50
Imagem 09 - Alunos do Fernão Dias, em São Paulo.....	51
Imagem 10 - Protestos contra a Reforma do Ensino Médio em São Paulo.....	52
Imagem 11 - Manifestação do ME da Bahia.....	63
Imagem 12 - Manifestação do ME da Bahia.....	64
Imagem 13 - Manifestação do ME da Bahia.....	65
Imagem 14 - Manifestação do ME da Bahia.....	65

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil dos Entrevistados.....	36
Quadro 2 - Entidades em que os entrevistados são atuantes.....	66
Quadro 3 - Espaços em que os jovens discutem sobre política.....	73
Quadro 4 - Cargos ocupados pelos estudantes do ME.....	74

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Sujeitos em que confiam totalmente, confiam até certo ponto, ou não confiam, para tomar decisões políticas.....	78
Tabela 2- Valores que consideram mais importantes pensando em uma sociedade melhor.....	79

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ABES- Associação Baiana Estudantil Secundarista

GE- Grêmio Estudantil

IFBA- Instituto Federal da Bahia

IF Baiano- Instituto Federal Baiano

MES- Movimento Estudantil Secundarista

ME-Movimento Estudantil

PCdoB- Partido Comunista do Brasil

UEB- União dos Estudantes da Bahia

UJS-União da Juventude Socialista

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Apresentação da temática e problema de pesquisa.....</b>	<b>15</b>
<b>1.2 Objetivo geral, específicos e hipótese.....</b>	<b>19</b>
<b>1.3 Método de pesquisa e universo de análise.....</b>	<b>20</b>
<b>2 JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1 Sociologia da Juventude e construção sociológica.....</b>	<b>23</b>
<b>2.1.1 Conceito de geração e juventude.....</b>	<b>24</b>
<b>2.2 Participação Política juvenil enquanto prática democrática.....</b>	<b>29</b>
<b>2.3 Perfil dos entrevistados: caracterização dos jovens a partir das análises das entrevistas.....</b>	<b>35</b>
<b>3 MOVIMENTO ESTUDANTIL E AS PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA</b>	<b>39</b>
<b>3.1 Um breve histórico sobre o movimento estudantil no Brasil contemporâneo.....</b>	<b>39</b>
<b>3.2 Ação Política e Juventude.....</b>	<b>53</b>
<b>3.3 A transformação do jovem em estudante, práxis estudantil e a participação do estudante na teoria sociológica da Marialice Foracchi.....</b>	<b>57</b>
<b>3.4 As práticas de participação política dos jovens entrevistados do movimento estudantil na Bahia.....</b>	<b>62</b>
<b>3.4.1 Sobre Participação Política dos entrevistados.....</b>	<b>67</b>
<b>3.4.2 Confiança nas instituições.....</b>	<b>76</b>
<b>3.4.3 Posição Ideológica.....</b>	<b>79</b>
<b>4 OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS PELOS JOVENS ESTUDANTES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA .....</b>	<b>83</b>
<b>4.1 Representação Política.....</b>	<b>84</b>
<b>4.2 Os sentidos atribuídos pelos jovens entrevistados à participação política.....</b>	<b>86</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>98</b>

## INTRODUÇÃO

### 1.1 Apresentação da temática e problema de pesquisa

Esse trabalho <sup>1</sup>tematiza a participação política de jovens na sociedade brasileira contemporânea. A participação juvenil tem se constituído em estrita relação com o contexto sócio-histórico, no qual eles estão inseridos. Suas determinações sociais, como marcadores estruturais e históricos, caracterizam as especificidades de jovens e grupos juvenis. O modo como estes sujeitos, individual e coletivamente, se reconhece perante a sociedade pertencente, tem muito a dizer sobre suas escolhas, seus engajamentos e participação em espaços de militância e modalidades de ação coletivas de sentido político e que buscam os mesmos fins.

Vivemos um atual contexto social e político marcado por atribuições e incertezas. As instituições estão sendo postas em questão e são alvo de críticas e questionamentos de sua legitimidade. O modelo de sociedade democrática, de Estado Liberal e dos valores da civilização ocidental, também, em certa medida, têm sido alvo de indagações e críticas. Isso ocorre em decorrência de uma cultura política onde estão presentes convergências e divergências aos modelos de organização social predominantes desde o início da modernidade, os jovens se mostram muitas vezes reativos à tais modelos, de diferentes maneiras. Uns parecem aderirem passivamente a atual estrutura de relações sociais sem questioná-la, mesmo eventualmente podendo participar de ações coletivas. Outros, tendem a discordar do modelo estrutural e questioná-lo, participando de ações coletivas, desenvolvendo formas de ativismo, constituindo-se como agentes políticos.

A participação dos jovens na vida social e na política tem se tornado temática de interesse dos pesquisadores da área das ciências humanas e sociais, e vem ganhando atenção nos últimos anos. Para eles, esta temática não é nova, pois, a questão juvenil já vem, há algum tempo, trazendo inquietações e mobilizando os estudiosos para traduzir e interpretar a realidade sócio-histórica dos jovens, buscando compreender a participação política da juventude brasileira.

Entender os jovens como perspectiva de mudança e transformação social é uma das premissas que constitui o interesse pelas pesquisas sobre juventude. Isso aparece no processo

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

de inserção de jovens por meio de participação política, como exemplo, as suas participações em grupos e movimentos sociais, dentre outros diversos espaços que estes jovens estejam imersos. Partindo desse pressuposto, podemos salientar que, as construções de grupos e ou movimentos se iniciam a partir de quaisquer meios de socialização, como as instituições, sendo elas: a família, escola, igreja, trabalho...; a partir da condição de classe à qual pertencem etc.

Deste modo, o jovem se insere em grupos que são, de certo modo, o reflexo de alguma semelhança à sua história de vida, ao seu território dentre outros fatores determinantes, pois são muitas as razões em que configuram suas inserções em cada espaço. Por isso, alguns autores consideram ser necessário analisar a participação juvenil como na política, através das condições efetivas para tais engajamentos e participação social. A experiência participativa possibilita aos jovens a oportunidade de vivenciarem processos de construção de pautas, projetos e ações coletivas como umas das formas de participação (DAYRELL; CARRANO, 2014). Sendo assim, conhecer a condição social do estudante é indispensável para compreender os sentidos que esses jovens atribuem à participação.

Cabe aqui, ressaltar, que o conceito de participação política a ser analisado, parte de uma ótica mais ampla, visto que, não se restringe a política partidária, partidos políticos, mas, a uma política que se insere ao cotidiano, na perspectiva da cultura cívica, portanto, os sentidos deste entendimento é o que se busca nesta investigação.

A política acontece em vários lugares, de formas distintas. Analisaremos aqui, não só as dimensões institucionais da democracia representativa brasileira, como é o caso do funcionamento das eleições, da divisão de poderes, etc. Se faz necessário considerar as diferentes formas de inserção e atuação dos jovens em movimentos, grupos, sindicatos, organizações sociais, partindo da ótica das suas compreensões sobre participação e direitos, isto é, analisar em conjunto os temas que estão ligados às suas inserções enquanto cidadãos e atores sociais, para desde então, compreender quais os seus sentidos.

A participação social e política é uma temática muito relevante e importante para os estudos no campo das ciências sociais, manifestando-se em espaços distintos. Para Gohn:

Participação é também uma das palavras mais utilizadas no vocabulário político, científico e popular da modernidade. Dependendo da época e da conjuntura histórica, ela aparece associada a outros termos como democracia, representação, direitos, organização, conscientização, cidadania, solidariedade, exclusão etc. Vários foram os teóricos que fundamentaram o sentido atribuído à participação (GOHN, 2019, p. 64).

A priori, é necessário entender sua condição social, pois esta que irá configurar suas inserções em cada espaço.

Considerando a socialização no espaço educacional escolar e a inserção dos estudantes no movimento estudantil, como uns dos espaços que acontece o processo de construção de pensamentos, de percepção crítica e formação política, avaliando os diversos fatores a serem investigados nesses espaços, para compreender e explicar os posicionamentos ideológicos dos jovens estudantes, é necessário partir do pressuposto de que, antes de tudo, é preciso entender às suas percepções sobre temas relacionados à sua atuação enquanto cidadãos, à fim de identificar os fatores determinantes que constituirão seu pensamento crítico.

Nessa dissertação nos propusemos a realizar em estudo analítico descritivo das possibilidades da participação política de jovens, no contexto do território baiano. Partimos do reconhecimento de que as desigualdades, que marcam a sociedade brasileira, condicionam as possibilidades de participação política. Ao mesmo tempo os jovens produzem, inseridos em agências de socialização como a escola, processos de identificação e reconhecimento tendo como referência a sua posição na estrutura social.

A construção do objeto de estudo foi motivada por estudos iniciais sobre a história da participação juvenil no Brasil, que envolveu as formas como as juventudes vêm se envolvendo nas questões sociais nas últimas décadas. O interesse por esta pesquisa se construiu desde 2016, quando iniciei meu envolvimento pelos estudos sobre Juventude mediante a participação nos projetos de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Também ao dar continuidade a esses estudos, através da produção do meu Trabalho de Conclusão de Curso no bacharelado em ciências sociais, voltado para ações coletivas juvenis e os modos de organização e campo de atuação dos estudantes do ensino médio, em Maragogipe-Ba.

Ao ter dialogado com o campo na etapa da pesquisa empírica no momento da pesquisa de conclusão de curso de maneira intensa, constatei a necessidade de expandir essa agenda de investigação a fim de identificar quais os sentidos os jovens estudantes do ensino médio atribuíam a participação, uma vez que, havia sido possível constatar a ocorrência de formas de participações nos grupos juvenis, seus anseios e especificidades.

Em nosso estudo anterior sobre ações coletivas juvenis, foi analisado primeiramente se haviam participações em grupos, como isso acontecia e se isso se traduzia posteriormente em ações coletivas. Foi possível captar que, haviam participações em grupos diversificados, com formas de participações que promoviam ações através de discussões em reuniões, regulares ou não, promovendo reflexões coletivas e à ações interventoras nas escolas e fora delas. E essas formas de atuação estavam ligadas as suas vivências e influências sociais, a partir das suas trajetórias pessoais, bem como, influenciadas pelas instituições educacionais, as quais os

estudantes eram oriundos. Logo, a educação, pode, em algum momento, mediar esse processo. Porém o espaço escolar não tem como ser o provedor exclusivo para atuação dos jovens em espaços que possibilitam o exercício participativo. Sendo assim, ao pensarmos sobre a oferta de ensino no Brasil, é importante considerar a relação do jovem com a escola, pois, esta também corresponde a um processo que pode influir de modo diverso a transformação social, constantemente mutável e sujeita às influências em determinado período histórico-cultural, pela qual perpassa.

Utiliza-se a proposta teórica de Pierre Bourdieu (1983), apenas para finalidade de entendimento introdutório, a fim de obter uma lucidez a respeito da forma como as relações entre os indivíduos se estabelecem no espaço onde são buscados os sujeitos investigados (a escola). Com isso, suas especificidades no repertório das estruturas sociais como mecanismo de perpetuação das mesmas, direcionam em buscar compreender o método utilizado pelo autor em sua Sociologia Reflexiva, isso implica analisar a sociedade buscando um entendimento sobre as estruturas sociais, a partir de um ponto de vista praxiológico<sup>2</sup>, relacional e sistêmico, que dialogam com a realidade social moderna, levando em conta seu contexto histórico-social e cultural. Deste modo, foi neste sentido que a teoria deste autor contribuiu numa composição estratégica analítica da pesquisa, que é observar a estrutura social como elemento que caminha ao lado do período histórico estudado.

A teoria sociológica crítica e reflexiva de Bourdieu, em diálogo direto com a sociologia clássica, possibilita a ruptura com alguns padrões presentes no imaginário social, questionando e tencionando a sociedade a buscar o entendimento destas construções ideológicas. Para isso, é necessário partir da crítica às estruturas “postas e impostas”, que se configuram como o único meio viável para se pensar para além do “inquestionável” e naturalizado, promovendo finalmente a transformação social e/ou, no mínimo, a lúcida percepção real de tudo que nos cerca, compreendendo, deste modo, as desigualdades sociais (BOURDIEU, 1983).

Partindo do pressuposto de que a escola é uma instituição em que ocupa um lugar na sociedade, e esse lugar sendo considerado como um espaço que serve para promover educação e aprendizagem, buscou-se partir desse espaço para buscar os sujeitos investigados. Considerada como uma instituição de valor social, a escola tem como seus objetivos, possibilitar a socialização e promover a reprodução dos valores sociais e suas tradições, por esse motivo, a escolha deste espaço para localizar os sujeitos, a fim de realizar a pesquisa

---

<sup>2</sup> A praxiologia (conceito abordado por Pierre Bourdieu), trata-se do estudo da conduta humana, busca o entendimento sobre as causas e consequências das ações do indivíduo, ou seja, é um instrumento que viabiliza o entendimento da complexidade do mundo social.

empírica se deu para analisarmos estes jovens, levando em consideração tais premissas, neste espaço em que estão inseridos e serve como um meio de socialização.

Com isso, acentuamos que, o que se busca nesta investigação, é compreender como tudo isso se operacionaliza com os jovens do Movimento Estudantil, em torno das suas vivências até chegar aos posicionamentos e sentidos da participação cívica, resultantes desse processo. No intuito de contribuir para os estudos no campo da Sociologia da Juventude, em torno da participação política na Bahia, esta dissertação ganha forma. Visto que, poderemos assim, contribuir para a expansão dos estudos e pesquisas sobre os jovens baianos.

Neste sentido, salientamos que, este tudo tem como principal interesse expandir os estudos da Sociologia da Juventude no contexto baiano, deste modo, enfatizamos a ausência de um estudo apurado no campo da Sociologia da Educação, quando não nos propusemos a aprofundarmos a abordagem teórica sobre Educação e Escola. Aqui, mesmo considerando a escola um espaço muito importante na trajetória do estudante, o nosso principal interesse nesta pesquisa é o indivíduo analisado (o jovem), e não, o espaço em que buscamos os mesmos, que é o campo escolar, sendo o espaço educacional.

Especificamente esta pesquisa de investigação sociológica tem como objetivo compreender os sentidos da participação política para os jovens estudantes do ensino médio da Bahia, integrantes do movimento estudantil. Precedemos o estudo empírico junto ao recorte amostral de 10 estudantes dos Institutos Federais no estado da Bahia, o IFBA (Instituto Federal da Bahia- Campus Salvador e Porto Seguro), o Instituto Federal Baiano (Instituto Federal Baiano- Campus Guanambi) e o Colégio Estadual Manoel Novaes, da cidade de Curaçá-Ba.

A escolha por escolas de ensino médio se deu porque esses estudantes se encontram principalmente já na fase de jovem adolescente, que de modo geral, por estarem habilitados, mediante à sua escolaridade, é possível promoverem uma reflexão crítica sobre os temas apontados neste estudo.

Nosso problema de pesquisa, que norteou todo o percurso da investigação, pode ser assim apresentado: *Como ocorre a participação política de jovens estudantes do ensino médio da Bahia na atualidade e quais os sentidos atribuídos por eles à participação política?* Para compor o repertório desta análise, os objetivos gerais e específicos servirão como suporte para alcançar os resultados buscados.

## **1.2 Objetivo geral, específicos e hipótese**

O objetivo geral dessa dissertação é compreender os sentidos da participação política para os jovens estudantes do ensino médio da Bahia. Nele associamos três objetivos específicos:

- a) Conhecer o perfil dos jovens estudantes que atuam no movimento estudantil;
- b) Descrever as práticas de participação política desses jovens;
- c) Interpretar os sentidos atribuídos por esses jovens à participação política.

Este estudo se orientou pela hipótese de que a participação política dos jovens estudantes secundaristas é oriunda das suas inserções nos espaços de militância, como nos movimentos sociais e políticos, levando em consideração a educação formal como um fator que pode vir a contribuir no processo de reflexão, levando à ações enquanto atores sociais, através de suas participações. Como resultado dessa participação, os jovens constroem sentidos de pertencimento aos grupos juvenis que estão inseridos, reforçando identidades sociais como jovem estudante.

### **1.3 Método de pesquisa e universo de análise**

Nesta investigação, procuramos desenvolver uma pesquisa empírica, de caráter exploratório, junto ao ME. Neste sentido, busca-se identificar as especificidades que permeiam na relação entre juventude, participação política e ensino médio na atualidade, na busca em compreender como se estabelece a concepção juvenil sobre o significado da participação política.

Para isso, desenvolvemos uma pesquisa social empírica de caráter exploratório, de natureza qualitativa, estruturada a partir dos seguintes eixos: traçar o perfil desses jovens atuantes a fim de conhecê-los; o modo como acontecem suas práticas, e, qual a interpretação desses sujeitos em relação à participação política. Desta forma, a pesquisa qualitativa emprega-se como uma maneira adequada para compreender melhor a natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 2007, p. 38), portanto, este método atenderá as necessidades interpretativas desta pesquisa, tendo em vista que esta abordagem nos possibilita traçar determinado problema em sua complexidade, analisar a sincronicidade de certas variáveis, interpretar os processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais, permitindo melhor entendimento das especificidades do comportamento dos sujeitos (RICHARDSON, 2007, p. 39).

Enquanto técnicas de pesquisa utilizadas, temos: pesquisa bibliográfica (contribuindo para compor a estrutura da análise teórica); pesquisa documental e entrevista semiestruturada.

No que tange aos resultados, teremos a construção de um compilado de dados que apresentarão as representações, pontos de vista e percepções ideológicas dos jovens. Tais informações serão apuradas através da análise de conteúdo (BAUER; GASKELL, 2002).

Neste sentido, serão examinados os textos, estruturados baseando-se nos eixos analíticos traçados, a partir disso, serão formuladas as categorias analíticas. Na busca de traduzir os sentidos atribuídos pelos jovens na temática abordada, a análise desses dados será realizada em três etapas: sistematização do material; esboço do material, e por fim, codificação e interpretação dos resultados.

Enquanto definição da categoria analítica será utilizado o modelo aberto (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 219), de modo que, as categorias não serão fixas, mas ganharão corpo no decorrer da construção da própria análise. Os dados extraídos da análise serão organizados em formatos de gráficos, quadros e tabelas, que facilitarão na interpretação dos aspectos encontrados nos resultados.

Para atender ao problema, objetivos e testar sua hipótese realizamos uma pesquisa empírica descritiva de método misto, com pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e aplicação de questionário e entrevista semiestruturada. Conduzimos um trabalho de pesquisa bibliográfica a fim de obtermos a fundamentação teórica suficiente robusta para a construção do objeto de estudo. A opção por aplicar questionários estruturados junto a estudantes do ensino médio, teve como objetivo obter o perfil socioeconômico dos jovens e mapear as formas de participação política. Construimos ainda, com esses jovens estudantes, entrevistas semiestruturadas, para através dos diálogos nesse espaço, identificarmos os sentidos atribuídos pelos jovens à participação política.

Para explicitar os passos que percorridos nesse percurso analítico, dividimos as tarefas em dois blocos de pesquisa interligadas e complementares: a teórica e a empírica.

**Pesquisa teórica:**

- a) Pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica sobre juventude e participação política.
- b) Sistematização de estudos sobre participação política de jovens estudantes, com ênfase no Brasil e na Bahia.

**Pesquisa empírica:**

a) Pesquisa documental, que contextualizam a legitimação do ME, e, registros de imagens que caracterizam suas ações práticas.

b) Entrevistas organizadas em duas etapas:

Primeira etapa: aplicação de formulários online (google forms) para os estudantes secundaristas do movimento estudantil da Bahia, sendo estes, alunos do IFBa (Salvador e Porto Seguro), IFBaiano (campus Guanambi) e do Colégio Estadual Manoel Novaes (da cidade de Curaçá);

Segunda etapa: entrevista semiestruturada com os jovens estudantes.

O ponto de partida para a construção do conhecimento científico e embasamento em fundamentos teóricos, válidos para análise e compreensão de fenômenos sociológicos como a participação política de jovens, estão delineados no capítulo a seguir. Caberá, nesta próxima seção, a contextualização analítica teórica em torno da construção sociológica da juventude e o conceito da participação política, também do ponto de vista das ciências sociais. Importante tecer tais análises teóricas sobre os principais conceitos tratados nesta investigação, para que assim, seja possível extrairmos através desses dados, aspectos que dialogam com as pesquisas já realizadas, desta forma, conectarmos à estas, novos elementos que contribuirão na tradução da realidade social brasileira.

## **2 JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Neste capítulo propomos uma reflexão sobre a construção sociológica da juventude e da participação política juvenil. Para isto, revisamos alguns enfoques teóricos sobre juventude. Para desenvolver o percurso estrutural dessa discussão teórica, podemos situar que, este arranjo se desenvolve em três momentos. No primeiro, fez-se uma análise teórica na perspectiva sociológica, utilizando autores que compõem protagonismo no debate sobre o conceito de juventude, como Karl Mannheim e Marialice Foracchi, que entendem que “o problema das gerações é importante o suficiente para ser seriamente considerado” (MANNHEIM, 1982, p. 67). São guias indispensáveis à compreensão da estrutura dos movimentos sociais e intelectuais”. Deste modo, desenvolvemos a reflexão sobre a construção sociológica da juventude, compreendendo sobre o conceito de geração e de condição de estudante. Num segundo momento, realizaremos o debate em torno da participação política de jovens, tendo esta como ponto de partida, reflexões de autores, como Pateman (1992), Robert Dahl (2005) que trazem embasamentos para as noções da participação. Teremos também, outros teóricos ao decorrer desta abordagem, estes irão contextualizar sobre a temática, considerando o contexto do movimento estudantil, como um dos elementos para realizar a análise sobre o jovem. Aliado a isso, outros autores nos auxiliaram a respeito da experiência participativa da juventude. Por fim, descrevemos o perfil dos jovens entrevistados.

Buscamos aqui, conhecer os sujeitos de pesquisa, jovens estudantes secundaristas atuantes no movimento estudantil na Bahia. Procuramos apresentar os resultados obtidos a partir de entrevistas realizadas com 10 jovens ativistas, por meio de questionários online (google forms) e entrevistas semiestruturadas (online e presencial). Como já mencionado, a aplicação dos questionários como parte da metodologia qualitativa, serviu para traçar o perfil desses estudantes e identificar suas participações nos movimentos. Para expor esses resultados temos uma tabela com a caracterização do perfil dos jovens entrevistados.

### **2.1 Sociologia da Juventude e construção sociológica**

Podemos dizer que, discutir construções teóricas que compõem a formação de um “campo” de pesquisas da Sociologia da Juventude não é uma tarefa simples. Contudo, faz-se

necessário expormos aqui, de maneira breve alguns de seus marcos que a definem. As primeiras movimentações para realizar os estudos sobre juventude, numa perspectiva empírica se deram a partir do século XVIII. Neste sentido, como indicou Andreas Flinter (1968), as primeiras questões sociológicas sobre a juventude se encontram nas origens do próprio surgimento da Sociologia. A juventude, enquanto tema de pesquisa social, surge nos primórdios da Sociologia, podendo ser identificada no Iluminismo europeu do século XVIII (WEISHEIMER, 2015, p. 92). A nova ciência surgiu na passagem do século XVIII ao XIX, quando ocorreram, como consequências Iluminismo, a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e a crise do antigo regime.

Conforme Weisheimer (2015, p. 92), “no momento de gênese da Sociologia da Juventude, quando os precursores buscavam apontar os traços distintivos do processo de maturação social, predominava a imprecisão nas categorias utilizadas”. No que tange as pesquisas sobre juventude ainda neste contexto, elas eram desenvolvidas a partir de perspectivas educacionais, normativas e psicológicas sobre a condição juvenil. (WEISHEIMER, 2015, p. 92).

Ainda conforme Weisheimer, as primeiras experiências de institucionalização das pesquisas sociais sobre juventude na Alemanha ocorreram na primeira década do século XX, porém com a inserção dos regimes fascistas e a II Guerra Mundial, estas pesquisas sobre juventude no campo da Sociologia acabaram sendo suspensas no continente europeu. Neste período, em meio a todos os acontecimentos da época, o sociólogo Karl Mannheim, exilado na Inglaterra, desenvolveu de forma sistemática uma teoria sociológica das gerações, e a partir de então, através de seus trabalhos a sociologia avança nos estudos voltados para este tema, pois, suas contribuições foram determinantes para a formação da sociologia da juventude, buscaremos agora, compreender como o autor estabelece este conceito.

### ***2.1.1 Conceito de geração e juventude***

No intuito de compreendermos a relação entre o conceito de geração e juventude, do ponto de vista sociológico, partimos da perspectiva do debate travado por estudiosos que contribuíram nesse processo de construção teórica neste campo. Isso ocorreu nas análises de pesquisa que alguns teóricos se debruçaram para discorrer, deste modo, iniciamos a discussão,

utilizando o Mannheim, que traz importantes desdobramentos na análise deste campo empírico, entre outros que contribuem nestes estudos.

Ao analisar sobre “O problema sociológico das gerações”, o sociólogo húngaro Karl Mannheim, aponta ser necessário que este problema seja seriamente considerado, visto que, “sua importância prática torna-se evidente logo que se tenta obter uma compreensão mais exata do acelerado ritmo de mudança social característico de nossa época” (Mannheim, 1982). Ou seja, o autor considerou as gerações como categoria analítica para analisar os estudos referente a forma como ocorria a dinâmica das mudanças sociais.

A geração não é um grupo concreto no sentido de uma comunidade, isto é, um grupo que não pode existir sem os seus membros terem um conhecimento concreto uns dos outros, e que cessa de existir como uma unidade mental e espiritual assim que é abolida a proximidade física. Por outro lado, ela não é de modo algum comparável a associações tais como as organizações formadas para um objetivo específico, pois estas se caracterizam por um ato deliberado de fundação, estatutos escritos, e uma maquinaria para dissolver a organização — características que servem para manter coeso o grupo, mesmo no caso de inexistirem laços de proximidade espacial e de comunidade de vida (MANNHEIM, 1982, p. 69).

Portanto, Mannheim considera que “uma geração é constituída por aqueles que vivem uma “situação” comum perante às dimensões históricas do processo social, o que caracteriza uma “situação de geração” (WEISHEIMER, 2015, p. 92). Para ele, “a geração é um tipo de situação ou posição social, não um grupo social concreto, como é a família, tribo ou seita” (GROPPO, 2017, p. 55), mesmo que, ocasionalmente, algumas unidades geracionais possam criar grupos concretos, como os movimentos juvenis, a exemplo do movimento estudantil de 1968 (WELLER, 2009, p. 4).

Como aponta Weller (2009), o autor busca compreender os enfoques teóricos sobre gerações, neste estudo “ele compara a ‘vertente positivista’ - predominante no pensamento liberal francês com o ‘pensamento histórico-romântico’ alemão, alegando que o tema das gerações é abordado por ambas correntes a partir de dois ângulos distintos”. Assim salienta Weller (2009), que para Mannheim, na análise dos positivistas, eles preferiram examinar o “problema do “ser-humano” (Mensch-Seins) a partir da captação de dados quantitativos, enquanto que na corrente histórico-romântica se priorizava a abordagem qualitativa” (p. 2). Neste sentido, o sociólogo deixa evidente sua preferência pela abordagem histórico-romântica alemã e aponta de como este pode ser um exemplo bastante propenso para se pensar que “a forma de se colocar questão pode variar de país para país, assim como de uma época para outras”. Assim sendo:

Ao invés de associar as gerações a um conceito de tempo externalizado e mecanicista, pautado por um princípio de linearidade, o pensamento histórico-romântico alemão se esforça por buscar no problema geracional uma contraproposta diante da linearidade do fluxo temporal da história(...) (WELLER, 2009, p. 2).

No mesmo sentido, Groppo (2000, p. 20) afirma que Mannheim, baseia a situação de geração como “uma vivência social criada a partir de um fundamento moral”, ou seja, a noção de geração associa-se à ideia das semelhanças existentes, referentes as experiências e por pertencerem ao mesmo momento histórico e social existente, estando sujeitos a passarem pelos mesmos processos de construções sociais, fazendo parte de uma mesma conjuntura histórica. Tais especificidades “provenientes da juventude” faz com que a torne mais visível e cause interferências, a fim de promover transformações enquanto categorial social. É assim como a classe social, uma situação social.

Importante salientar que uma das principais referências na sociologia de Mannheim é a obra do Max Weber, que o proporciona como base alguns conceitos, como o de situação social, que irá fundamentar a sua compreensão para construção analítica do conceito de geração” (GROPPO, 2017, p. 55). Vejamos como Mannheim nos esclarece esse debate:

A similaridade de situação somente pode ser definida através da especificação da estrutura na qual, e através da qual, os grupos situados surgem na realidade histórico-social. A posição de classe baseava-se na existência de uma estrutura econômica e de poder em transformação na sociedade. A situação da geração está baseada na existência de um ritmo biológico na vida humana — os fatores de vida e morte, um período limitado de vida, e o envelhecimento. Os indivíduos que pertencem à mesma geração, que nasceram no mesmo ano, são dotados, nessa medida, de uma situação comum na dimensão histórica do processo social (MANNHEIM, 1982, p. 71).

Aliado a isso, para compreendermos o conceito de geração no contexto juvenil, entende-se que para entendermos, considera-se como pré-requisito, recorrermos ao entendimento sobre a noção de juventude. Em vista disso, esta noção sobre o conceito de juventude, que se descreve a partir do processo de transição entre a infância e a vida adulta se configura de modo ao ser definida restringindo-se a faixa-etária, no entanto há tantas outras significações que podem descrevê-la para além de apenas um dado período da vida. Nesse sentido, Foracchi, num tópico intitulado “Juventude e história”, no seu livro “O estudante e a transformação da sociedade” (1977) acentua que:

A juventude é, ao mesmo tempo, uma fase de vida, uma força social renovadora e um estilo de existência. Se a concebermos como uma etapa que antecede a maturidade e que apresenta características singulares, notaremos que ela corresponde a um momento definitivo da descoberta da vida e da história e a uma fase dramática da revelação do eu. Sob este aspecto, é uma experiência particular que se universaliza como componente indispensável da formação da pessoa, como afirmação dos seus

recursos e das suas potencialidades humanas. Os quadros desta experiência particular e os caminhos da sua universalização são, no entanto, socialmente estabelecidos (FORACCHI, 1977, p. 302).

Estas definições em alguma medida, estão vinculadas ao aspecto no qual se refere à fase do ciclo vital, entre a infância e a maturidade. Como vimos, não apenas esse elemento é suficiente para que possamos compreender a juventude em todas as suas singularidades. Em seus diferentes aspectos, a categoria sociológica juventude, comumente vem sendo entendida como uma construção social, histórica, cultural, dentre tantas outras atribuições. Portanto, a juventude, nada mais é, que uma categoria social “que passa a se constituir e adquire o sentido atual do advento da modernidade. Deste modo, cabe salientar que as percepções correntes sobre ela são, necessariamente, sociais, culturais e historicamente determinadas” (WEISHEIMER, 2019, p. 43).

Nesse aspecto, Mannheim elucidava sobre o fato de que o que há em comum em pertencer a uma mesma geração, classe ou grupo etário é que “ambos proporcionam aos indivíduos participantes uma situação comum no processo histórico e social”, ou seja, trata-se de uma predisposição para que haja um modo característico, experiência e pontos de vista a um tipo de ação característica baseada no processo histórico (WEISHEIMER, 2013, p. 72).

Autores contemporâneos reforçam esse debate, como Pais (1990), quando define que a juventude não pode ser apreendida enquanto uma categoria homogênea, ou seja, do ponto de vista sociológico (PAIS, 1990, p. 146), a juventude não é considerada pela ótica do senso comum, como uma representação social. Com isso tem-se um desafio que se coloca para a sociologia: “(...) o da desconstrução (desmistificação) sociológica de alguns aspectos da construção social (ideológica) da juventude, que, em forma de mito, nos é dada como uma entidade homogênea” (PAIS, 1990, p. 146).

Diante das diversidades baseadas em determinados contextos que possam vir a definir a juventude enquanto categoria, podemos perceber que a juventude não pode ser definida enquanto categoria universal, dispondo dos mesmos valores e privilégios, pois cada uma tem suas especificidades que as diferenciam umas das outras, conforme os diferentes contextos sócio-históricos e culturais.

Ao tratar das diversidades juvenis, assimila-se que há diferenças que descartam a categoria juvenil de maneira socialmente homogênea, que se restringe apenas ao aspecto da faixa etária e da fase vivida. Logo, podem ser identificadas através das classes sociais, estado civil, jovens estudantes ou trabalhadores, jovens rurais ou urbanos, dentre outros aspectos que os diferem e que dão sentido completamente distintos da juventude, enquanto apenas a uma fase da vida.

O conceito de juventude emergiu fortemente como uma questão social entre os anos 50 e 60, no sentido em que o jovem é rotulado socialmente como um problema, promovendo riscos sociais, protagonizando uma crise de valores morais, éticos, culturais e assim por diante.

A concepção sobre juventude baseia-se numa percepção socialmente construída, estabelecida a partir de visões predominantemente um tanto controversas em alguns momentos históricos. Nesse sentido, ao abordar a questão juvenil, não prevalece os discursos dos próprios jovens falando sobre si. Ou seja, não sendo reconhecidos em suas práticas transformadoras e não tendo o seu lugar de fala salientado a partir da sua concepção de mundo enquanto sujeito jovem, como categoria, classe, minoria e modos de vivências distintas inerentes às diversidades, dentre tantos aspectos positivos característicos como: militâncias, processo de auto-reconhecimento enquanto sujeito de direitos e/ou atores políticos, etc.

Retomando a discussão da tematização juvenil, em relação ao contexto brasileiro é muito recente o crescimento dos estudos direcionados para a “consideração dos próprios jovens e suas experiências, suas percepções, formas de sociabilidade e atuação” (ABRAMO, 1997, p. 25). Isso significa que os estudos sobre juventude vêm se reconfigurando a partir do reconhecimento do jovem diante do seu lugar de fala. Historicamente, no campo das políticas<sup>3</sup> públicas no Brasil, diferente de outros países, nunca houve uma cultura de políticas direcionadas a partir das especificidades dos jovens, não se tinha uma distinção entre a infância e juventude do ponto de vista da criação de políticas públicas específicas para tal categoria, afirma Abramo (1997, p. 26). Porém, recentemente tem crescido a discussão e criação de políticas governamentais para os jovens, que se configura em políticas específicas para essa categoria.

Cabe ressaltar que a “juventude” está presente no imaginário social, assim como no âmbito acadêmico e na opinião pública, a partir de novas discussões que refletem nas tematizações sobre o jovem. Tais questões constituem diferentes abordagens no que dizem respeito à temáticas juvenis, se fundamentam através de um reflexo do contexto social, de modo que, a maneira em que os temas são escolhidos tendem a refletir sobre o que se passa no imaginário social, perante tal categoria em um determinado contexto histórico social. Assim como conclui Foracchi (1977, p. 303-304), do ponto de vista sociológico, há componentes universais que possibilitam caracterizar a juventude, tais como, “uma atitude definida diante da vida, um estilo de existência social e uma força de renovação histórica presentes e atuantes em

---

todas as sociedades diferenciadas e extremamente sensíveis ao curso das transformações sociais”.

Dito isto, transformações estas, protagonizadas por estes sujeitos em diferentes formas de atuação, de modo que, a partir dos fatores que o compõem enquanto indivíduo, incluindo sua classe, cultura, posição social, significa que o seu lugar numa perspectiva geracional trarão elementos que traduzirão suas ações enquanto ator social/político, atuantes no processo de transformação social. Partindo desse pressuposto, buscaremos compreender, por conseguinte, suas formas de atuação, buscando o entendimento de como isso se operacionaliza nos espaços em que atuam enquanto protagonistas diante das suas ações participativas, trazendo como universo de análise o Movimento Estudantil.

## **2.2 Participação Política juvenil enquanto prática democrática**

O objetivo desse tópico é contribuir para a análise reflexiva em torno das relações entre juventude e participação política como contribuição para a democracia. Ao versar sobre o conceito de participação, logo, lembremos da prática democrática, nesse sentido, podemos pensar como a participação juvenil vem se expandindo e fortalecendo como instrumento de transformação social, através das suas ações coletivas, possibilitando que se tenha um importante movimento democrático em prol de mudanças, em busca por direitos individuais e coletivo.

Definir o conceito de participação não é algo simplório, porém, em linhas gerais, ao falarmos sobre esse conceito, logo, lembremos da prática política de atores sociais, da categoria teórica democrática, sendo esta, com abordagens variadas a partir de suas teorias e autores. A polissemia dos sentidos práticos, institucionais e teóricos acabam tornando este conceito um pouco complexo ao ser definido. Há algum tempo, essa temática se faz presente nos estudos no campo das ciências sociais, podemos dizer que a participação, no nosso dia-a-dia, pode ser percebida “nas práticas cotidianas da sociedade civil, quer seja nos sindicatos, nos movimentos ou em outras organizações sociais, quer seja nos discursos e práticas das políticas estatais, situados no campo das ações das instituições participativas, com sentidos e significados completamente distintos” (GOHN, 2019, p. 64).

No entanto, nem sempre a participação se configurou desta forma, durante muitos períodos históricos, como por exemplo, o período ditatorial, o que protagonizava era o medo e

a submissão, o que regia na sociedade eram práticas autoritárias, implantavam no imaginário social uma ideologia de subserviência enquanto princípio a ser seguido. Com isso, decorria uma participação dos indivíduos praticamente inexistente, quando esta, configurava-se como um direito apenas daqueles que eram pertencentes às elites, aos detentores do poder, e quem “ousasse” a desobedecer a ordem implantada, sofria retaliações, podendo custar à própria vida.

Pateman (1992, p. 9), ao discorrer o debate sobre o conceito de participação, aponta que ao final da década de 60, percebeu-se uma maior utilização popular do termo “participação”, elucidando que isso aconteceu devido uma onda de reivindicações, partindo de jovens estudantes que foram às ruas protestar a favor da implementação de seus direitos.

Para a autora, a participação é um ponto muito importante a ser discutido no viés do debate democrático, enfatizando que a participação tem o papel de representar a possibilidade de escolha dos líderes, nas suas tomadas de decisões. Neste sentido, a participação está ligada ao sentido de prevenção, é o aparato que o indivíduo tem para interferir contra decisões arbitrárias dos representantes políticos eleitos. Dito isto, Pateman ressalta que “o nível de participação da maioria não deveria crescer acima do mínimo necessário a fim de manter o método democrático (máquina eleitoral) funcionando” (PATEMAN, p. 25), pois o excesso dessa participação poderia, de algum modo, causar uma certa desestabilização no sistema. A autora sinaliza sobre os limites da participação, e ao mesmo tempo, aponta a sua importância para a sociedade.

Em contrapartida, Dahl (2005), em seu estudo sobre Poliarquia<sup>4</sup>, abordando a temática sobre democratização e opinião pública, trata sobre os limites e as diversas faces da democracia, considerando a participação como um dos pontos que possibilitará a concretização da democracia efetiva, apresentando elementos estruturais que definem a forma como um país possa viver de forma plena um regime democrático. As duas dimensões teóricas de democratização que o autor apresenta são: a contestação pública e o direito de participação. Neste sentido, antes mesmo de tratar sobre os elementos estruturais ele reforça a questão da organização da oposição, para ele, sem uma oposição organizada, não há possibilidades de estabelecer um regime democrático efetivo, de qualidade. Desta forma, há a necessidade do direito a uma ampla participação no governo, no processo decisório nas tomadas de decisões, ou seja, para que seja possível o avanço da democracia, significa que a participação deve ir

---

<sup>4</sup> Em seu livro intitulado “Poliarquia” (publicação original em, Robert A. Dahl, por considerar as democracias existentes distantes do ideal democrático, sugeriu que estas fossem chamadas de Poliarquias, apresentando dimensões teóricas de democratização.

além do que apenas votar em eleições regulares. Neste aspecto, entendemos o quanto que a participação é indispensável para a existência da democracia, como reforça Dahl (2005).

Ao falarmos sobre democracia, podemos perceber que há um entendimento sobre o assunto no imaginário social, escutamos no dia-a-dia que a democracia nos permite lutar pelo que queremos como um modelo melhor de sociedade e nos dá o direito de contribuirmos nas decisões que serão tomadas em prol do nosso país. O direito ao voto é um dos caminhos que nos fazem de alguma forma, parte de processos decisórios no que diz respeito à nossa comunidade, nossa cidade, nosso país e assim por diante. Porém, são vários os sentidos que a ideia de democracia apresenta e que de fato ela pode ser exercida, são diversos os caminhos, inclusive, questionando o próprio conceito democrático. Temos aí um bom sinal, irmos em busca de questionamentos nos traz um leque de horizontes para pensarmos e aprendermos sobre o assunto.

Nessa busca, torna-se nítida a ideia de que a democracia nunca está pronta e acabada, estaremos sempre em processo de cobranças no que tange as decisões para o bem comum, ela estará sempre em constante construção.

No campo das ciências sociais, alguns autores abordam o conceito de democracia e trazem suas definições, como Pateman (1992, p. 25), aponta que a democracia “vincula-se a um método político ou uma série de arranjos institucionais a nível nacional”. Ela coloca em pauta que o que vai determinar esse método como democrático é a disputa pelos votos e as eleições livres, pois, através deste, o cidadão pode contribuir e de certa forma “controlar” os líderes e influenciar nas suas decisões, na missão de representar o bem comum para a sociedade. Desta maneira, Pateman refere-se ao “sufrágio universal” como único meio de garantir a igualdade de oportunidades aos instrumentos que possibilitarão o controle sobre os líderes, vejamos:

As eleições são cruciais para o método democrático, pois é principalmente através delas que a maioria pode exercer controle sobre seus líderes. A reação dos líderes às reivindicações dos que não pertencem à elite é segurada em primeiro lugar pela sanção de perda do mandato nas eleições; as decisões dos líderes também podem sofrer influências de grupos ativos, que pressionam nos períodos entre as eleições. A “igualdade política”, na teoria, refere-se ao “sufrágio universal” e à existência de igualdade de oportunidades de acesso aos canais de influência sobre os líderes (PATEMAN, 1992, p. 25).

Trazemos aqui um diálogo sobre o conceito da participação, atrelado ao conceito de democracia e juventude, sendo esta última, categoria indissociável à experiência participativa, com isso, partiremos dessa premissa da participação juvenil, para refletirmos como a inclusão dos jovens nas questões sociais e políticas e suas ações é importante e contribui para o

fortalecimento da democracia. Nessa perspectiva, podemos pensar como a participação juvenil vem se expandindo e fortalecendo como instrumento de transformação social, através das suas ações coletivas é possível que se tenha um importante movimento democrático em prol de mudanças, em busca por direitos individuais e coletivo.

Sempre ouvimos falar ou até mesmo pronunciamos a frase comum, dita popularmente que “os jovens de hoje não são mais os mesmos”, porém isso sempre é dito como uma crítica aos jovens na maioria das vezes. Por um lado é verdade, pois buscam coisas diferentes, agem de outras formas, tem outros estímulos e pertencem a outras e novas conjunturas sociais ao passar dos anos.

Compreende-se como participação juvenil toda ação referente aos jovens, ligadas a questões culturais, políticas, sociais, sendo estas pertencentes ao seu convívio social. Importante olharmos o jovem como aquele que a cada dia se insere em questões nas quais estão conectadas às práticas da cidadania, questões que se voltem para interesses direcionados às questões sociais.

A experiência participativa possibilita aos jovens a oportunidade de vivenciarem processos de construção de pautas, projetos e ações coletivas como umas das formas de participação (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 121). Ao início da inserção social nos espaços de engajamento participativo, o jovem passa a experienciar o processo da participação como uma etapa crucial para o seu aprimoramento intelectual, de sociabilidade, como sujeito político. Esse aprendizado permite que os jovens aprendam a saber lidar mais com as diferenças, ligado a isso a oportunidade de vivenciarem os valores morais como a solidariedade para com o outro, a empatia, conseqüentemente facilitando as suas relações dentro dos grupos pelos quais exercem a sua participação.

Para tanto as ações através da participação e engajamento, no que tange a inserção dentro das decisões referentes às estruturas sociais, as ações que interferem no processo de mudança na sociedade, contribuem para que se tenha cada vez mais sujeitos interessados envolvidos nas esferas públicas, que se ampliem a cada dia mais atores sociais, que exerçam mais continuamente nas suas ações e busquem compreender ainda mais sobre os fenômenos sociais que o cercam. A partir daí teremos a ampliação e a permanência de jovens lutando pelo aprimoramento e contribuição nas decisões públicas e a sustentação democrática.

Analisando a partir da dimensão da individualização a qual a sociedade estabelece, a participação dos jovens é uma experiência decisória nas suas vidas, uma vez que aprendendo a lidar com as diversas formas de sociabilidade, compreendendo que a partir disso o respeito com o próximo diante das diferenças, sejam elas quais forem, é crucial para o seu aprimoramento

moral e, enquanto ator político, as possibilidades de fortalecer as práticas relacionadas à dimensão coletiva, dentre outras vertentes que envolvem a esfera pública.

A experiência entre os grupos juvenis também é fundamental, é através deles que há uma interação entre a troca de conhecimentos e vivências, a troca de experiências e conflitos, um momento em que se tem a oportunidade de desconstruir ideias, nas quais foram apreendidas. As amplas formas de sociabilidade entre a juventude traz um misto de realidades, aprendizados e com isso, novas práticas de resistência na atuação dos grupos.

Reconhecemos que os jovens de hoje representam muito do que foi o jovem de ontem, nos dignifica, as lutas nunca morrerão e nem deixarão de dar continuidade, o que acontece é um processo transitório mutável e que faz parte de novas realidades, da nova juventude. Juventude que está cada dia mais cheia de si e com sede de transformar, de reconhecer seus direitos, de ter direitos, de emancipar-se socialmente e conquistar novos horizontes para gerações futuras e serem futuramente, adultos que fizeram parte da juventude que lutou por transformações, que assumirão um novo lugar e almejam novas conquistas.

A partir desse entendimento, lembremos do conceito da cultura cívica, que traz a compreensão da ação juvenil para o debate.

Portanto, tratando-se do conceito de cultura cívica, segundo Almond e Verba (1989 *apud* Pinto; Soares, 2014, p. 4), este conceito parte de uma tradição política antiga, “ao resgatar as principais vertentes de explicação a respeito da utilização do conceito”. Para Paiva (2013, p. 29), “não se pode falar de civismo e cultura cívica sem lembrar de Tocqueville (1987) que viu a forma vigorosa das associações americanas na primeira metade do século XIX como a base para democracia moderna”.

Este conceito é atualizado em época mais recente, quando Almond e Verba (*apud* PAIVA, 2013, p. 30), fazem uma ampla pesquisa. Partindo da clássica definição feita por esses autores, que foi formulada na década de 1960 e revista em 1989, definiram a cultura cívica como:

O consenso substantivo da legitimidade das instituições políticas (...), uma generalizada tolerância de uma pluralidade de interesses e crenças na sua possibilidade, e um amplo sentido disseminado de competência política e confiança mútua na cidadania (*apud* PAIVA, 2013, p. 30).

Paiva (2013, p. 29), afirma que, esta definição, trazendo para tempos recentes, pode se configurar de maneira mais atualizada, no sentido de referir-se à “recente complexificação das sociedades modernas”, que “requer consenso para que o acordo societário mais amplo seja possível”, mesmo que ocorra de maneira cada vez mais diversa; “confiança nas instituições aí

construídas, mesmo que seja para pedido de mudança; e tolerância para que a diferença dos grupos seja reconhecida e legitimada”. Desta forma, segundo Santos (2001 *apud* PINTO; SOARES, 2014, p. 4), pode-se afirmar que a cultura cívica, é “a expressão não apenas das regras de reciprocidade, mas da corporificação de sistemas de participação social, formados pelas associações da sociedade civil, que representam uma forma de capital social”.

Neste sentido, a cultura cívica é composta por diversos fatores que mobilizam os indivíduos e atores sociais e políticos, como, por exemplo, pensando em questões sobre sentimento pela participação no que tange a vida associativa do país, cultura política, confiança nas instituições, noções sobre democracia, opinião sobre políticos do país, entendimento sobre direitos e deveres do cidadão, sobre questões sociais como um todo, como acontece com os jovens atuantes do movimento estudantil. Jovens que buscam transformações, a partir de suas participações, lutando e atuando como atores políticos.

No entanto, como aponta Burity (1999 *apud* PINTO; SOARES, 2014, p. 5-6), a cultura cívica pode ser vista como um posicionamento que contempla de forma parcial o espaço sociopolítico, levando em conta “valores de participação, informação e fiscalização dos poderes constituídos e de respeito às diferenças”. Pode-se dizer, que a cultura cívica pode ser expressa por uma série de variáveis, como: engajamento público, em questões relacionadas à comunidade, em partidos políticos. Em determinados contextos, a cultura cívica pode estar ligada à participação política, num sentido amplo do termo, que envolve demandas partindo da realidade local do indivíduo e se expandindo para além dela, em prol de transformação social, numa interação a partir dos espaços públicos, que vai da religião, comunidade, espaço escolar, família, etc). Podem estas estarem atreladas a questões consideradas identitárias, religiosas, por questões de gênero, sexualidade, dentre tantos outros aspectos que fazem parte da conjuntura sócio-histórica pertencente.

A maneira pela qual o jovem se auto-reconhece perante a um grupo, a uma categoria pela qual se identifica, tende a influenciar nas escolhas dos espaços pelos quais se inserem. Ao pensar na juventude, partindo do contexto do espaço escolar, faz-se necessário uma análise do jovem estudante do ensino médio, pois estes, correspondem a uma faixa etária que se considera o jovem na nossa sociedade (dos 15 os 29 anos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE).

Tomizaki e Daniliauskas (2018, p. 220) apontam que: “a análise dos efeitos dos processos educativos sobre os modos como os jovens se relacionam com a política nos coloca, portanto, o desafio de compreender variados processos de formação...”. Isso quer dizer que o modo como é caracterizada a participação ativa dos jovens à participação trata-se da

decorrência de toda uma construção de valores anteriores que os levam a chegar a determinados espaços, levando em consideração todos os desafios e paradigmas enfrentados, pelos quais a sociedade os coloca, devido às desigualdades sociais. A educação sempre foi um suporte crucial para auxiliar o indivíduo a tornar-se mais conhecedor de si mesmos enquanto sujeito e sobre seus direitos. Lembrando que a educação dos jovens e da sociedade como um todo não apenas se faz nas escolas, mas também através das suas vivências/experiências, o meio no qual faz parte, como a família, a religião, a situação de classe, tendo estas como elementos que influenciam os jovens a se direcionarem a caminhos que escolhem.

Com todas as diversidades existentes na juventude, faz-se necessário considerar que há novas formas de participação política, sendo que ao analisar torna-se imprescindível considerar as influências e emergências sobre os espaços, como exemplo nas escolas, dentre outros diferentes meios de militâncias e participações juvenis. Autores como (DAYRELL, J.; GOMES, L. N.; LEÃO, G., 2010, p. 238) frisam que é necessário analisar o contexto em que os jovens estão submetidos, a sua inserção social, para que daí seja possível levantar tal questionamento. Esses autores trazem algumas questões que a partir desse ponto de partida são necessárias, como as seguintes: quais as circunstâncias sociais e econômicas e suas influências no que tange ao processo de participação dos jovens brasileiros? Há condições e espaços para possíveis participações sociais e políticas e se a experiência juvenil tem encontrado nesse contexto estímulos à participação, analisando também se há interferências ou não do contexto educacional nesse movimento. Desta forma, cabe aqui, uma reflexão sobre a compreensão da participação política dos jovens estudantes e como isso se dá, dito isto, primeiramente, buscamos por iniciarmos traçando o seu perfil.

### **2.3 Perfil dos entrevistados: caracterização dos jovens a partir das análises das entrevistas**

O conjunto da amostra não probabilística dos jovens estudantes teve como base os percentuais de participação juvenil em algum grupo, movimento social, partido político, associações, ou seja, algum tipo de inserção em espaços que possibilitassem as suas atuações no sentido da participação política.

Como dito anteriormente, neste trabalho, a partir das experiências de 10 jovens do MES, buscamos compreender os entendimentos desses sujeitos/atores políticos concernente aos sentidos da participação política. Inicialmente, conferimos a análise dos dados, como apresenta

o quadro apresentado a seguir, resultante dos dados obtidos através do formulário aplicado, como primeira parte das entrevistas por jovem estudante, composta de questões que nos permitiram traçar o perfil dos entrevistados.

Organizamos de forma sintetizada neste quadro, características dos jovens, que serviram para contribuir na análise qualitativa, ressaltamos que não há pretensão de realizar uma análise quantitativa que represente de forma estatística os jovens inseridos no MES nesta investigação, os dados servirão apenas para caracterização do público alvo.

Quadro 1- Perfil dos entrevistados

Sexo	Idade	Identidade Racial	Cidade onde nasceu	Zona de moradia	Estado civil	Filhos	Participação em movimentos, partidos...
Masc.	17	Preto	Espinosa-MG	Zona Urbana	Solteiro	Não	Sim
Fem.	18	Preto	Juazeiro-Ba	Zona Urbana	Solteiro	Não	Sim
Masc.	18	Pardo	Salvador-Ba	Zona Urbana	Solteiro	Não	Sim
Masc.	17	Pardo	Salvador-Ba	Zona Urbana	Solteiro	Não	Sim
Fem.	17	Pardo	Salvador-Ba	Zona Urbana	Solteiro	Não	Sim
Masc.	22	Preto	Camamu-Ba	Zona Urbana	Solteiro	Não	Sim
Fem.	19	Preto	Salvador-Ba	Zona Urbana	Solteiro	Não	Sim
Masc.	20	Pardo	Salvador-Ba	Zona Urbana	Solteiro	Não	Sim
Masc.	18	Preto	Salvador-Ba	Zona Urbana	Solteiro	Não	Sim
Fem.	21	Pardo	Salvador-Ba	Zona Urbana	Solteiro	Não	Sim

**Fonte:** Formulário de pesquisa.

Desta maneira, a distribuição etária dos jovens entrevistados é representada em 60% entre 17 e 18 anos, e 40% entre 19 e 22 anos. Entre os homens, esse quantitativo se estabelece

em 2 homens com 17 anos, 2 com 18 anos, 1 com 20 anos e o outro com 22 anos. Para as mulheres, a distribuição se dá em 1 mulher com 17 anos, 1 com 18 anos, 1 com 19 anos e 1 com 21 anos (Tabela 1).

Conforme as respostas dos jovens entrevistados, todos residem na zona urbana, compondo um percentual de 100%. No que tange ao quesito autodeclaração étnica, 50% se autodeclararam pretos, e outros 50% pardos. Utilizamos as categorias do IBGE como forma de classificação étnica, sendo assim, os entrevistados compõem um percentual de 100% de jovens negros, inseridos em espaços de militância, nos setores políticos, sociais e culturais, alcançando espaços de representação nesses segmentos sociais, atuando como atores políticos, capazes de instituir diálogos, propostas, reivindicações e lugar de fala.<sup>5</sup>

Referindo-se ao local onde nasceram, 70% nasceram na capital baiana, enquanto 20% no interior da Bahia e 10% no estado de Minas Gerais, porém todos residem no estado da Bahia, dividindo-se entre a capital, interior e litoral e sul do estado, na zona urbana.

Podemos afirmar que o estado civil dos entrevistados delinea-se pela condição de solteiro, para ambos os sexos e idades, do mesmo modo em que nenhum deles possuem filhos.

Quando questionados quanto à participação em grupos/movimentos sociais, associações e partidos políticos, todos estão envolvidos nesses espaços, portanto os 10 jovens entrevistados exercem práticas através das ações coletivas de sentido político. Em resumo, temos um quadro de jovens negros entre 17 e 22 anos, atuantes do movimento estudantil.

Neste sentido, buscamos analisar, quais são esses movimentos em que estão inseridos, quais as redes de ensino em que eles são a fim de compreendermos como se dão essas inserções, suas influências e de que forma acontecem suas participações nesses espaços. Para que isso fosse possível, foram feitas perguntas direcionadas a esses aspectos através do questionário e das entrevistas semiestruturadas.

Para chegarmos aos resultados que responderão o objetivo geral deste trabalho, trilhamos o caminho guiado por questões norteadoras que nos possibilitarão no entendimento dos sentidos da participação política na percepção desses jovens estudantes. Como parte deste percurso, veremos no capítulo seguinte quais são as práticas de participação política desses jovens, o que os levaram a participar desses movimentos e de que forma acontece suas

---

<sup>5</sup> Djamila Ribeiro (mestre em filosofia política pela USP e intelectual do feminismo negro), em seu livro “Lugar de fala”, ao explicar o termo/conceito, expandido por ela no Brasil, mostra que todos têm lugar de fala, pois, este lugar é de onde você vê determinada realidade, a partir do seu lugar. Ressalta a importância da consciência de que todos temos um ponto, um lugar de onde observamos situações e contextos, possibilitando assim, entendermos nosso movimento de ação sobre ela.

participações. Cumpriremos esta tarefa por meio de análise qualitativa, através da análise de conteúdo com base nas entrevistas realizadas.

### **3. MOVIMENTO ESTUDANTIL E AS PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Este capítulo busca traduzir os dados empíricos acerca das práticas de participação política dos jovens secundaristas atuantes do movimento estudantil no Brasil. A esse respeito, veremos como se dão essas práticas e como esses sujeitos se organizam, trazendo questões como: quais movimentos participam?; quais fatores os levaram a participar?, quais os entendimentos em torno da suas inserções nesses espaços de luta?, ou seja, os caminhos percorridos até chegarem às suas ações participativas. Desta forma, o objetivo desta seção é colaborar para o debate sobre as práticas desenvolvidas por jovens no processo histórico-social, por meio das formas de participações políticas, relacionando suas lutas com as principais lutas contemporâneas, através de seus discursos. Portanto, trataremos de contextualizarmos brevemente sobre o movimento estudantil no Brasil contemporâneo, suas ações, voltadas para uma perspectiva da ação política.

Esta análise sobre as ações juvenis nos tempos atuais tem demonstrado que o movimento estudantil é uma organização que contribui para o processo de formação de uma consciência coletiva em prol de transformação social, será nesta direção que mostraremos todo o percurso apresentado pelos estudantes entrevistados. A seguir, veremos um pouco sobre a formação do movimento estudantil e suas contribuições para a sociedade no contexto brasileiro.

#### **3.1 Um breve histórico sobre o movimento estudantil no Brasil contemporâneo**

Os acontecimentos históricos e políticos que têm ocorrido na sociedade brasileira contemporânea, põe em evidência as lutas entre as classes sociais no processo democrático, trazendo consequências que podem, ou não, contribuir para o avanço social, no sentido de conquistas históricas em benefício da população. Neste sentido, os estudantes brasileiros têm se mobilizado e demonstrado sua potência enquanto sujeitos de direitos e atores políticos em busca de transformação social. Todas essas ações têm sido realizadas através de mobilizações nas ruas, ocupações no espaço escolar, reivindicações de todo gênero, organizadas através do Movimento Estudantil, organização política representada por estudantes secundaristas e universitários.

Tendo em vista o longo histórico de participação do movimento estudantil no processo político brasileiro, restringimos nosso recorte as expressões do ME no século XX, a partir da criação da UNE, sintetizando sobre alguns períodos que marcaram a história do ME no Brasil e na Bahia. Dito isto, partiremos do ponto em que resgata um pouco da memória do ME, nas últimas décadas, recorrendo a referência teórica de Poerner (2004), que traz importantes destaques desde a fundação da UNE (União Nacional dos Estudantes) até sua consolidação.

A priori, assim como outros movimentos sociais, o ME faz parte dos processos pelos quais uma sociedade tende a produzir, como suas formas de organização, oriunda do seu aspecto histórico, que perpassa desde os conflitos de classe à transações do âmbito político, inerentes à sua conjuntura histórica-social. Podemos assim citar, por exemplo, a UNE (União Nacional dos Estudantes), que surge no final da Segunda República<sup>6</sup> em 13 de agosto de 1937, mas que só tende a efetivamente partir para as ações no âmbito da participação política durante o Estado Novo<sup>7</sup> (POERNER, 2004, p. 119); e temos também a UBES (União Brasileira dos Estudantes).

A UBES, é definida em seu estatuto, enquanto “entidade máxima de representação e coordenação dos estudantes matriculados nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, regulares ou supletivos, públicos ou privados, bem como cursos técnicos e pré-vestibulares do país...”<sup>8</sup>

Ainda baseando-se no seu estatuto, a UBES trata-se de uma “associação civil sem fins lucrativos, sem filiação político-partidárias, independente de órgãos públicos e governamentais”. Portanto, o ME é um movimento que provém dessas características definidas, que buscam promover ações em prol de mudanças na sociedade. Sendo assim, buscamos compreender como se dá sua organização, práticas e sentidos, através de sua atuação no território brasileiro, tendo como enfoque empírico deste trabalho, o território baiano.

O movimento estudantil secundarista é um movimento de extrema relevância no cenário político brasileiro, tendo sua trajetória marcada por períodos históricos importantes, promovendo fóruns e debates acerca da luta por melhorias na educação e sociedade.

<sup>6</sup> A Segunda República refere-se a um dado período histórico brasileiro, conhecido como Era Vargas.

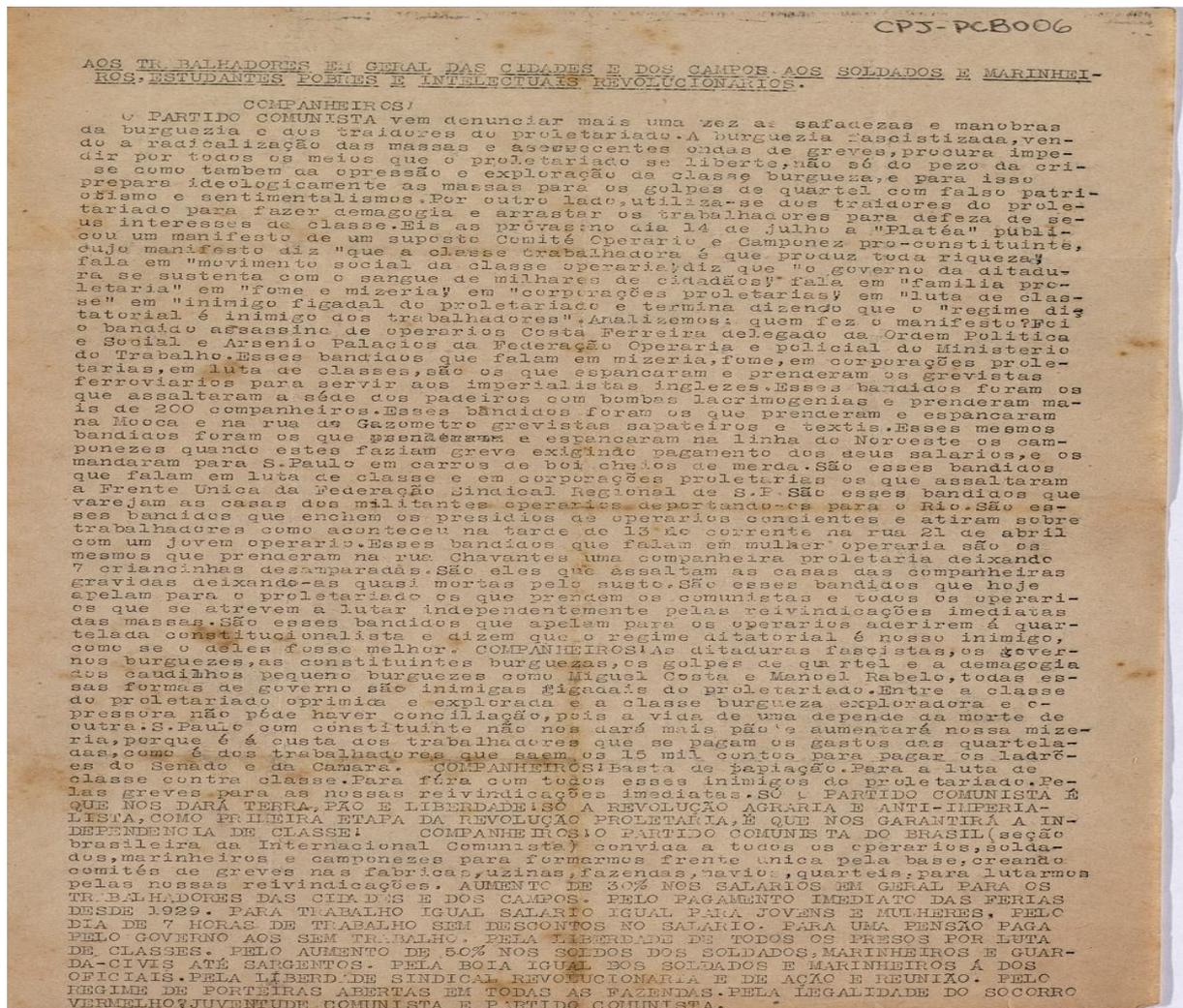
<sup>7</sup> Também corresponde ao período do governo do presidente Getúlio Vargas (1937-1945).

<sup>8</sup>Fonte: Estatuto da UBES parte 1- Link de acesso: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=583244644>  
Estatuto da UBES parte 2- link de acesso: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=583244646&prcID=5050958>  
Estatuto da UBES parte 3- Link de acesso: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=583244647>

Considerado como um movimento de grande força e organização em prol de ações coletivas, protagonizados por jovens atores sociais, retrata a cara da juventude brasileira enquanto sujeitos em busca de transformação social. A esse respeito, contextualizaremos aqui, algumas de suas ações durante suas lutas no Brasil, nas últimas décadas.

Um pouco antes da fundação da UNE, no ano de 1932, a juventude constitui-se como um grupo considerável, capaz de protagonizar suas ideias no Panfleto do Partido Comunista. Através desse documento, convoca<sup>9</sup> os “estudantes pobres”, trabalhadores das cidades e dos campos, soldados, marinheiros, etc, para lutar contra a “burguesia fascista”, assim se referem no texto. Vejamos abaixo o arquivo desse documento:

### Imagem 1 -Manifesto do Partido e Juventude Comunista



Fonte: Arquivo IEB- Fundo Caio Prado Júnior-Imagem extraída do site: M

<sup>9</sup> As informações contidas nesse parágrafo foram extraídas da exposição do acervo documental do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/movimentos-estudantis/>

O intuito desta ação coletiva, era mobilizar a classe proletária e cidadãos da sociedade civil para a luta em prol dos direitos trabalhistas e repudiar as opressões que a classe vinha sofrendo do governo ditador, na época em exercício, liderado pelo presidente Getúlio Vargas. Durante toda essa mobilização o ME também esteve à frente dessa luta.

Após uma tomada de consciência, percebendo a necessidade de uma organização sólida e permanente no âmbito nacional, no que tange a participação política estudantil no país, a UNE, segundo Poerner (2004, p. 119) representa um divisor de águas quanto à essa questão participativa ao longo da história do país. Dentre as principais bandeiras defendidas pelo MES, nas últimas décadas, podemos destacar algumas que foram marco na história do país, como a campanha “O Petróleo é nosso” em 1948; que resultou na criação da Petrobrás; a luta pelo passe livre estudantil, a exemplo da Revolta dos Bondes de 1956, no Rio de Janeiro, por conta do aumento das tarifas.

O “Petróleo é nosso”<sup>10</sup> foi uma campanha realizada no ano de 1948 pela nacionalização da extração do petróleo. O Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, recém-criado na época, defendia a pauta de que todas as fases da extração deste combustível deveriam ser de responsabilidade da União, sendo assim, todos receberiam os rendimentos desta produção. Esta campanha foi apoiada e protagonizada pela UNE, mobilizou diversas entidades estudantis e grupos sociais.

Em 1956, na cidade do Rio de Janeiro, o bonde era um meio de transporte público utilizado por grande parte da população, até que, no dia 29 de maio deste ano, o prefeito Negrão de Lima autorizou o aumento de 100% no valor das passagens. A população revoltada, sobretudo os estudantes secundaristas e universitários, entraram em greve e paralisaram as ruas (em pontos estratégicos) para protestar e reverter a situação, pressionando o governo para que o valor absurdamente alto para a classe, não permanecesse.

Imagem 2 -Manifestação estudantil contra o aumento da tarifa dos bondes- Rio de Janeiro/1956. Estudantes protestam contra o aumento da tarifa dos bondes – 1956 – Fotografia não identificado.  
Fundo Correio da Manhã/Arquivo Nacional

---

<sup>10</sup> As informações contidas nestes parágrafos foram extraídas da exposição do acervo documental do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/movimentos-estudantis/>.



Fonte: <https://riomemorias.com.br/memoria/revolta-do-bonde/>

Imagem 3 –Greve dos estudantes em 1956. Estudantes em greve – 1956- Fotógrafo não identificado. Fundo Correio da Manhã/Arquivo Nacional



Fonte: <https://riomemorias.com.br/memoria/revolta-do-bonde/>

As imagens apresentadas acima, registram os momentos em que os estudantes ocupam às ruas na luta por melhorias de mobilidade urbana, indignados com a decisão do governo, que prejudicou a população com a decisão da elevação na taxa de tarifas.

Na década de 40,<sup>11</sup> as lutas dos estudantes secundaristas contra o aumento das mensalidades escolares também ficaram conhecidas. Deste período, temos o registro do documento publicado no jornal “Lanterna”, em abril de 1948, coletando a crítica do estudante Dirceu Bezerra, sobre a perda do Restaurante no Colégio MABE. Posteriormente, anos depois, ao passo que os estudantes mais pobres começam a ingressar no ensino superior, aumentam as demandas em prol de criação de políticas de assistência social nos institutos secundários e universidades.

Imagem 4 - Arquivo IEB – Fundo Graciliano Ramos

**Queremos Um Restaurante !**

DIRCEU BEZERRA  
4.º Ginásial not. B.

Aqueles que conheceram a MABE nos primeiros dias de suas novas instalações, irão concordar comigo no que se segue: encontramos uma MABE bem diferente da da Rua São José, que por sinal não era MABE e sim ISP. Isso quer dizer: até o nome era novo. Encontramos um auditório bonzinho, uma quadra de Basketball e Volley ao ar livre, uma biblioteca (que nem sei se chegou a funcionar), uma área interna com bastante ar e sol, um gabinete médico e um ótimo restaurante, ou seja, para ser mais preciso, um ótimo local para um bom restaurante, porque o que sempre tivemos foi uma espelunca que servia de «antro de malandragem» de colegas que nunca ultrapassavam os 16 anos.

Por ser «espelunca» e «antro de malandragem» o Diretor resolveu fechá-lo, transformando-o em duas salas de aula. Agora pergunto: foi justa essa medida? Não, não e não. O que o Dr. José devia ter feito era ter obrigado o arrendatário a melhorar a «boia», proibir a extorsão, manter um funcionário do colégio de serviço no restaurante, enfim tomar as medidas necessárias, e nunca fechar um restaurante que servia a 3.000 alunos (conforme anúncios), porque, afinal de contas, se as coisas não iam bem, de quem é a culpa? E' minha? E' dos garotos de 16 anos? Não, evidentemente não.

O que sabemos é que, das vantagens que enumerei acima, algumas já desapareceram, e, por mais paradoxal que pareça, no momento em que tivemos as nossas TAXAS aumentadas, perdemos o restaurante.

Precisamos, pois, de um novo restaurante. Quando fui protestar contra essa medida, que julguei inconveniente, Dr. José prometeu instalar um novo restaurante, tipo americano, etc, etc. Ora, coisa dêsse porte custa muito dinheiro, despêsa essa que o colégio só fará se for imprescindível, e se nós o exigirmos vigorosamente. No entanto, sugiro medida mais plausível: acho que nos basta um café tipo «em-pé», pois 5 minutos não nos chegam para irmos lá fora «tapear» a fome.

Fonte: <https://www.ieb.usp.br/queremos-restaurante/>

<sup>11</sup> As informações contidas nestes parágrafos foram extraídas da exposição do acervo documental do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/movimentos-estudantis/>

Este documento acima<sup>12</sup>, foi escrito por um jovem estudante, como ato de contestação à retirada do restaurante, publicado no Jornal “Lanterna”, em 1948.

Em agosto de 1950, o Comitê Nacional (CN) do Partido Comunista, toma a iniciativa de reorganizar em todo o país a “União da Juventude Comunista” (UJC), organizada em 1946, na busca de mobilizar grandes contingentes da juventude. Em seguida, no mês de agosto de 1951, um artigo publicado no jornal “Voz Operária”, faz um chamado e sugere aos estudantes como comemorar o 1º aniversário da Reorganização da Juventude Comunista.

Imagem 5 - Arquivo IEB – Fundo Caio Prado Júnior



Fonte: <https://www.ieb.usp.br/1-aniversario-juventude-comunista/>

<sup>12</sup> As informações contidas nestes parágrafos foram extraídas da exposição do acervo documental do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/movimentos-estudantis/>

A CN toma <sup>13</sup>essa decisão da reorganização, após reconhecer que mesmo com o trabalho de base com a juventude, iniciado em 1948, sobretudo a juventude estudantil, não estava sendo suficiente para mobilizar a juventude de maneira significativa, no âmbito nacional.

O quadriênio que antecede o golpe militar, foi um período em que o país viveu um processo intenso de politização da sociedade, os estudantes participaram ativamente deste processo. Neste período, a UNE<sup>14</sup> atuou sob a liderança de novos grupos políticos, como a Juventude Católica e a Ação Popular. Como umas das principais bandeiras levantadas pela UNE nesse contexto, fazendo parte das campanhas pelas reformas de base, foi a bandeira da reforma universitária, suas ações são diversificadas, temos aí a alfabetização popular e o apoio às Ligas Camponesas. Mas suas ações revolucionárias são barradas com o Golpe de 1964, pois, no dia 27 de outubro deste mesmo ano, o Congresso aprova o decreto de extinção da UNE. Neste mesmo período, as universidades sofreram perseguições dos Inquéritos Policiais Militares (IPM) e o movimento estudantil sofre com as repressões, neste sentido, Poerner aponta:

A história da UNE e do movimento estudantil se confunde, a partir de de 1964, com a história da repressão às liberdades e da intervenção estrangeira no Brasil. De um lado, a Lei Suplicy de Lacerda. De outro, o Acordo MEC-Usaid. Os estudantes, que vinham de conquistas como a duplicação de vagas na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) – para isso, o presidente Goulart liberara, em 10 de março de 1964, uma verba de dois bilhões de cruzeiros –, passaram, automaticamente, à condição de elementos de alta periculosidade para a segurança nacional, aos olhares “eternamente vigilantes” das novas autoridades. Ser estudante equivalia a ser “subversivo (POERNER, 2004, p. 201).

A subversão estudantil, assim designada pelo governo ditador, ao referir-se à luta dos estudantes por melhorias na sociedade brasileira, era nada mais que uma tentativa de deslegitimar a classe e silenciar aqueles que se opunham ao governo por entender que seus direitos e os direitos da sociedade como um todo, prevaleceria, em busca da justiça social. Sendo assim, no dia 1º de abril de 1964, o golpe militar, deixou explícito à sua aversão aos estudantes, “destituído o governo legal, a UNE foi invadida, saqueada e queimada num paroxismo de ódio que escapa ao terreno puramente político para cair na esfera psiquiátrica” (POERNER, 2004, p. 201). Os estudantes passam a ser o alvo do governo militar, uma vez que denunciam através de suas lutas, as ideias impostas pela ditadura militar, quando o governo defende e impunha um curso de desenvolvimento em que, todas as perspectivas da vida

<sup>13</sup> As informações contida neste parágrafo foram extraídas da exposição do acervo documental do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/movimentos-estudantis/>

<sup>14</sup> <https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>

nacional teria que corresponder a subordinação em prol dos interesses de outra nação (assim verbalizava o então ministro Juraci Magalhães, que o fosse benéfico para os Estados Unidos, seria tão bom quanto para o Brasil), dito isto, não poderia estar do lado oposto do regime ditador (POERNER, 2004, p. 202).

Nesta conjuntura, em março de 1965, um artigo recolhendo texto realizado pelos quatro partidos do Centro Acadêmico “XI de Agosto” da Faculdade de Direito é publicado no jornal “Última Hora”

Imagem 6 - Arquivo IEB – Fundo Fernando de Azevedo



Fonte: <https://www.ieb.usp.br/estudantes-apoiam-o-manifesto/>

Na ocasião, através deste documento<sup>15</sup>, os estudantes demonstram apoio a um manifesto publicado por intelectuais, professores e profissionais liberais, que reivindicam a busca por soluções de caráter democrático para a crise na política nacional, considerada grave por estes. Foi um período muito conturbado, cruel, regado à torturas e repressões, censuras e desmonte da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, defendida através das lutas do povo.

Dentre esses exemplos do protagonismo estudantes tivemos várias outras ações em que o ME esteve protagonizando, como as Reformas Universitárias e em tantos outros momentos na história do país.

Mais tarde, em 1992, n<sup>o</sup> 160 governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), primeiro presidente eleito democraticamente no país, após 29 anos de ditadura militar no Brasil, tivemos uma das maiores mobilizações brasileiras- O movimento Caras-Pintadas, em 1992. Ações polêmicas do governo, fizeram com que a população, revoltada com as implementações, fossem às ruas protestar.

Uma das primeiras ações do presidente Collor, foi a implementação do Plano Collor, uma reforma econômica extremamente polêmica. Em linhas gerais, o exemplo mais polêmico do Plano foi a iniciativa de bloquear todo o dinheiro acima de 50 mil cruzados novos (aproximadamente 30 mil reais, a partir do índice IPCA), que fosse depositado em contas de pessoas e empresas, após 18 meses, o valor seria devolvido corrigido pela inflação e com 6% ao ano acrescidos, porém a devolução não foi feita de forma integral para muitas das contas bancárias da população.

Além disso, logo após, o governo protagonizou escândalos, como esquemas de corrupção, denunciado pelo próprio irmão do presidente, organizado em um dossiê com documentos e informações que incriminavam o então presidente em exercício. Isso foi a gota d'água e o governo tornou-se insustentável à vista do povo, nesse momento, diversas mobilizações e protestos contrários ao presidente ganharam força nos meses de agosto e setembro de 1992.

---

<sup>15</sup> As informações contidas nestes parágrafos foram extraídas da exposição do acervo documental do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/movimentos-estudantis/>

<sup>16</sup> Alguns dados dos parágrafos destas páginas referentes ao Movimento Caras-Pintadas, foram extraídas em sites de pesquisa chamados Politize e Wikipédia, acessados nos seguintes links: <https://www.politize.com.br/movimento-caras-pintadas/>  
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Caras-pintadas>

No dia 16 de agosto, Collor, preocupado, discursou pedindo para que a população fossem às ruas em apoio ao seu governo, utilizando as cores da bandeira do Brasil. Porém, em vez disso, a população aversa às atitudes do presidente, saíram as ruas com o rosto pintados de preto, verde e amarelo intitulado o Movimento Caras-Pintadas, reivindicando o impeachment do Collor, milhares de pessoas protagonizaram esse momento de luta contra o atual governo. De acordo com os dados d FGV (Fundação Getúlio Vargas), em São Paulo e no Rio de Janeiro, a UNE e a UBES foram as principais entidades responsáveis por articularem os mais de 10 mil jovens que participaram desses protestos.

Imagem 7 - Os “caras-pintadas” pedem o impeachment de Fernando Collor de Mello  
Créditos: Antonio Costa- Gazeta do povo



**Fonte:** <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/em-1992-collor-era-o-1-presidente-do-brasil-a-sofrer-impeachment-efsbllledqg5hahb5h9ea4g02/>

No dia 02 de outubro de 1992, foi realizado a abertura do processo de impeachment no Senado, e em dezembro deste mesmo ano, Collor foi afastado de qualquer cargo público pelos 08 anos seguintes e renunciou ao cargo de presidente, assumido pelo seu vice, Itamar Franco, até o ano de 1995.

Nos anos mais recentes, tivemos as mobilizações dos anos de 2013, 2015 e 2016, importantes para a luta estudantil, tendo a defesa da educação pública de qualidade entre uma das pautas reivindicadas. Em junho de 2013 foi um período marcado pelas manifestações iniciadas na cidade de São Paulo contra o aumento do preço das passagens de ônibus, os protestos foram liderados inicialmente pelo Movimento Passe Livre<sup>17</sup>.

Imagem 8 - Créditos de Imagem: Fábio Braga/Folhapress



**Fonte:** <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atuais/manifestacoes-de-junho-de-2013-qual-e-o-saldo-dos-protestos-um-ano-depois.htm?foto=13>

Após as manifestações, o prefeito de São Paulo em exercício na época, Fernando Haddad, anunciou o cancelamento do processo de licitação para a contratação de empresas de ônibus que realizaria o serviço pelos próximos 15 anos estimada em R\$45 bilhões. Isso se traduziu no cancelamento do aumento da tarifa, após protestos da sociedade civil.

Já o ano de 2015 ficou marcado pelo movimento de ocupação dos estudantes secundaristas nas escolas da cidade de São Paulo, para reivindicar contra as pautas políticas da educação formal. Tudo começou em oposição à proposta do governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. O projeto do governador pretendia realizar uma reorganização das escolas,

<sup>17</sup> O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social brasileiro que visa defender a adoção de tarifa zero para transporte coletivo. Ganhou maior notoriedade em 2013, ao fazer parte da organização dos primeiros protestos no Estado de São Paulo, contra o aumento da tarifa de ônibus, logo após, mais protestos vieram a acontecer por todo país.

rever os ciclos educacionais<sup>18</sup>, e com isso, cerca de mil escolas estavam em risco de serem fechadas, segundo as estimativas do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp<sup>19</sup>).

Imagem 09 - Alunos do Fernão Dias, em São Paulo



**Fonte:** [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151204\\_alckimin\\_estudantes\\_movimento\\_rm](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151204_alckimin_estudantes_movimento_rm)

Após as intensas ondas de ocupações e protestos, o governador em exercício Geraldo Alckmin (2015), recua e anuncia a suspensão da reorganização das escolas. Mais uma luta protagonizada pelo ME em defesa da educação.

Em 2016, ocorreram as ocupações estudantil contra a reforma do ensino médio. Após o afastamento da presidenta eleita Dilma Rousseff, no mês de maio deste mesmo ano, o presidente interino Michel Temer, nomeou apenas homens como ministros, o que não representava a população brasileira em sua maioria. Desde então, após o afastamento definitivo da presidenta Dilma Rousseff, várias medidas foram lançadas pelo Governo Federal com impactos negativos para a sociedade, como na educação. Inicialmente tínhamos a Medida Provisória 746/2016

<sup>18</sup> O projeto do governador pretendia rever os ciclos educacionais, diante disso, cerca de mil escolas estavam em risco de serem fechadas, segundo as estimativas do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp). A primeira aconteceu no dia 9 de novembro de 2015, na Escola Estadual Diadema, logo depois a Escola Estadual Fernão Dias, posteriormente as ocupações foram expandidas e outros estudantes uniram-se, acolhendo a pauta.

<sup>19</sup> Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

estabelecendo a Reforma do Ensino Médio, decorrente a isso tivemos as ocupações estudantis como forma de protesto à essa decisão.

Imagem 10 - Protestos contra a Reforma do Ensino Médio em São Paulo- 18/10/2016 -Créditos:  
Foto: SUAMY BEYDOUN/AGIF/ESTADÃO CONTEÚDO



Fonte: <https://juntos.org.br/2022/02/o-novo-ensino-medio-uma-ponete-para-o-passado/>

A reforma do Ensino Médio, não só seria negativa para os estudantes, que teriam sua grade curricular reduzida com matérias essenciais para a aprovação nos vestibulares, dificultando o ingresso nas universidades, ao mesmo tempo que, as escolas particulares poderiam optar se adotam ou não, o que acentua ainda mais a desigualdade educacional, dificultando a inserção do estudante de escola pública nas universidades. Ao mesmo passo que, seria também um problema para os professores, que já possuem duras condições e desvalorização de trabalho, com essa reforma teriam a carga horária reduzida e seus empregos comprometidos. Após esses destaques sobre a luta do ME no Brasil, podemos perceber que a atuação deste movimento se fez presente em diversos momentos históricos da conjuntura política do país, sempre em defesa dos direitos políticos e sociais. Também é possível perceber que a luta pela educação esteve presente em diversos períodos, todas as pautas estavam centradas pela conquista de direitos, considerados importantes no contexto histórico em que aconteciam as reivindicações.

Remetendo-se aos anos antecedentes, Foracchi em seu livro “A Juventude na sociedade moderna”, aciona o debate voltado para a compreensão do movimento estudantil, e os

elementos que conduzem suas ações. Como apontou a autora, o referido trabalho teve como objetivo central “analisar, sociologicamente, a rebelião da juventude, na sociedade moderna, na formação predominante de que esse fenômeno se revestiu que é o movimento estudantil (FORACCHI, 1972, p. 11).

Foracchi associa sua análise numa perspectiva de uma sociedade demarcada por uma crise sistêmica que reflete nas instituições, mais precisamente na universidade, gerando impactos na juventude. Neste sentido, a autora busca investigar os impactos gerados no âmbito institucional, pessoal e social que culminou no movimento estudantil.

Por fim, remetendo-se aos movimentos sociais, mais especificamente, no movimento estudantil, podemos afirmar que, é a prática das relações sociais que irão caracterizar e definir o ator político, histórico. O movimento social, neste sentido, é também um campo que possibilita a formação política dos jovens, formações que se traduzem em ações e promovem transformações na sociedade.

### **3.2 Ação Política e Juventude**

O surgimento da política, em sua acepção original, aconteceu na Grécia Antiga, após a formação das cidades gregas, chamadas de cidade-Estado. No grego, o termo “Pólis” significa “cidade”, neste sentido, foi a partir da necessidade da criação de um sistema para organizar a sociedade e seu funcionamento, que surgiu a forma de governo que se assemelha ao que hoje conhecemos como política. Dito isto, compreende-se como política, tanto a política institucionalizada, a qual nos dias atuais associamos aos parlamentos, partidos políticos, etc..., quanto a política cotidiana, desempenhada pelos cidadãos. Em o “Dicionário de Política”, Norberto Bobbio (1998), a política, em seu significado clássico e moderno, assim é definida:

Derivado do adjetivo originado de pólis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada Política, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade (BOBBIO, 1998, p. 954).

Assim, pode-se dizer que a política está associada às ações do governo, do mesmo modo que, diz respeito à forma como acontece a relação da sociedade civil com o Estado. Para Bobbio, a ideia de política enquanto prática humana, nos remete a pensar a ideia de poder.

Portanto, ao empregarmos o termo Política, estamos nos referindo a um conjunto de atividades associadas à vida coletiva, ou seja, a vida em sociedade. Diversas áreas acadêmicas, se debruçam para estudar o tema, como: a ciência política, história, sociologia, filosofia, dentre outras, pois trata-se de um campo do conhecimento bastante vasto.

No campo da filosofia política, podemos recorrer a autora alemã Hannah Arendt, trazendo a discussão sobre o conceito de política e ação política. Para Arendt, o conceito de política é que há não somente a possibilidade de começar e criar algo novo, mas a ação política em si não acontece de forma isolada, é sempre uma ação coletiva, uma espécie de acordo entre os semelhantes, com ideias e visões de mundo que dialogam e convergem.

Desta forma, na visão da autora, mesmo que o início de algo seja proveniente de um agente, para que a ação seja concretizada é necessário que haja a parceria com outros sujeitos, só assim é possível que a ação aconteça. Ela aponta que “a política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças” (ARENDR, 2002, p. 7).

Desse modo, para a autora, o que torna o homem em um ser político é a sua habilidade para a ação, ele só se torna um ser político através de sua capacidade de desempenhar ações de forma coletiva, pois ela possibilita que ele se reúna com seus pares e haja de forma a colaborar uns com os outros em prol dos mesmos fins, dos mesmos objetivos. Para que a ação concretize é fundamental que haja a comunicação, é preciso que eles interajam e exponham suas ideias através de discursos, especificamente no espaço público, pois este é o espaço central onde possibilita a realização da ação e a concretização da liberdade.

Na ótica da Arendt, o sentido da política é a liberdade, sendo a ação o exercício proveniente do universo político, tendo como elemento indispensável a competência para o início de algo novo. Vejamos:

A política, assim aprendemos, é algo como uma necessidade imperiosa para a vida humana e, na verdade, tanto para a vida do indivíduo como da sociedade. Como o homem não é autárquico, porém depende de outros em sua existência, precisa haver um provimento da vida relativo a todos, sem o qual não seria possível justamente o convívio. Tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo. Ela possibilita ao indivíduo buscar seus objetivos, em paz e tranqüilidade, ou seja, sem ser molestado pela política — sendo antes de mais nada indiferente em quais esferas da vida se situam esses objetivos garantidos pela política, quer se trate, no sentido da Antigüidade, de possibilitar a poucos a ocupação com a filosofia, quer se trate, no

sentido moderno, de assegurar a muitos a vida, o ganha-pão e um mínimo de felicidade (ARENDRT, 2002, p. 17).

Posto isso, a autora entende que, a ação política só pode ser de fato concretizada quando exercida através de ações coletivas, em sua pluralidade, por um mesmo caminho. É o acordo entre os diferentes em busca de objetivos que os colocam de um mesmo lado no espaço político, compreendendo que o espaço político é o lugar das aparências, isso significa que esses sujeitos não adotam a política através de suas fragilidades pessoais, mas levando adiante, do ponto de vista público, sua capacidade de ação e convencimento. Segundo a autora, o espaço político é o lugar onde os cidadãos podem ser iguais sem perder a sua pluralidade.

Portanto, nesse sentido, a ação só torna-se possível a partir do princípio da isonomia, pois esta, garante a igualdade, visto que os homens não são iguais, sendo este espaço, o da liberdade. Dito isto, a política é um espaço não-físico que atua como espaço para o exercício da ação, através do discurso proposto pelo princípio da isonomia. Desta forma, política e liberdade não estão em lados opostos, estão vinculadas através da capacidade do homem agir por meio da ação, visto que, “a ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas e da matéria, corresponde a condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo” (Arendt, 2007, p. 15), portanto a autora enfatiza que “todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política” (ARENDRT, 2007, p. 15).

Desta maneira é possível compreender que a ação política só pode ser vista através de uma prática da liberdade quando não sofrer nenhum tipo de regimento regulamentado, quando não sofrer nenhuma ordem referente o modo como funciona, nenhum tipo de doutrinação, como ocorre nas atividades do trabalho. Se estas ações políticas forem contrárias aos princípios da sua autonomia, ela deixa de ser uma prática libertadora.

Aliado a isso, lembremos do Weber, que nos traz algumas reflexões importantes através de sua sociologia compreensiva, pois, interessou-se em compreender a sociedade por uma ótica que entende que os indivíduos produzem uma configuração social a partir dos sentidos compartilhados na sociedade. Isso se traduz na ideia de tentar captar e compreender os sentidos que levam decorrem nas ações sociais do indivíduos.

Neste sentido, ao abordar sobre ação social e relações sociais, enfatizando que a partir das ações sociais é que o indivíduo pode transformar a sociedade, a ação social corresponde a um tipo de conduta do indivíduo que manifesta sentido tanto para ele quanto para aqueles, que de certa forma, são afetados. Ainda sobre o conceito de ação social, Weber afirma que “a ação social (incluindo tolerância ou omissão) orienta-se pelas ações dos outros, que podem ser

passadas, presentes ou esperadas como futuras” (WEBER, 2008, p.117), ou seja, as ações são conduzidas a partir de reflexões de ações já cometidas ou podendo vir a ser praticadas por outrem, nas palavras do autor, nem toda a ação é de fato, uma ação social, a conduta íntima só passa a ser uma ação social, quando esta estiver sendo oriunda da ação do outro.

Neste cenário, Weber divide a ação social em quatro ações fundamentais, que são: 1) racional com relação a fins; 2) racional com relação a valores; 3) afetiva e 4) tradicional.

Na ação racional com relação a fins caracteriza-se pela maneira como aquele que tem sua ação conduzida conforme o fim que ele espera, isto é, o indivíduo visa/espera um resultado final referente a algo à partir de um comportamento, isso significa que suas atitudes são pensadas e calculadas de forma muito racional em prol do resultado que ele tanto almeja.

A ação racional com relação a valores significa que o indivíduo orienta suas práticas pautando-se nos valores e virtudes individuais, esses valores individuais podem ser decorrentes de valores individuais, religiosos, crenças, etc.

Por outro lado, na afetiva, a motivação das ações estão, como o próprio nome anuncia, movida a sentimentos, não sendo orientada pela racionalidade, mas sim, orientada por afetos e emoções. Por fim, a tradicional, também não podemos considerar como uma ação racional, uma vez que, esta está orientada por um viés cultural, que traduzem nos comportamentos e hábitos socialmente adquiridos através de sua estrutura social.

Essa análise e reflexões aqui pontuadas sobre este conceito de ação na perspectiva desses autores são cruciais nesse percurso empírico e nos ajudarão a compreender os sentidos da ação dos jovens exercidas pelos investigados, como tais teorias nos ajudam a explicar como estas ações acontecem. Não temos a intenção de esmiuçar sobre como as teorias da ação recaem nos resultados alcançados nesta investigação, porém, nos nortearão na interpretação desses dados, a partir de uma perspectiva teórica e crítica desta pesquisa empírica exploratória.

Tecemos aqui este debate teórico em busca de refletirmos o conceito da ação política no sentido da liberdade, como aponta Arendt, a ação social de Weber, no sentido de suas distintas atuações, pois, nos tópicos a seguir, buscaremos compreender as ações políticas, através das práticas de participação política juvenil, por meio dos discursos dos jovens entrevistados desta pesquisa. Traremos também o debate do processo de transformação do jovem em estudante e da práxis estudantil, unindo esses conceitos, utilizaremos estes como suporte para compreensão dos dados empíricos desta investigação.

### **3.3 A transformação do jovem em estudante, práxis estudantil e a participação do estudante na teoria sociológica da Marialice Foracchi**

A abordagem sociológica tem como uma das suas importantes tarefas descrever o conjunto de mecanismos que caracterizam o estudante enquanto categoria social. Neste sentido, uma das principais estudiosas no campo da sociologia da juventude, como vimos no capítulo anterior, Marialice Foracchi, deu início a uma investigação ao compreender o estudante enquanto categoria social e os elementos que tornam esses indivíduos um agente de transformação social, e utilizaremos essa autora como referência para desenvolvermos a discussão teórica neste tópico.

Foracchi utiliza a classe como categoria explicativa, justificando que “a classe, como categoria explicativa, é convertida no eixo básico da exposição, já que a compreensão objetiva do processo da constituição do estudante como categoria social, não dispensa a elucidação da natureza e do conteúdo dos vínculos de classe” (FORACCHI, 1977, p. 6).

Portanto considera a condição de classe como eixo fundamental no entendimento sobre as condições sociais as quais os estudantes pertencem na sociedade brasileira. Ao analisar o movimento de transformação do jovem em estudante, Foracchi aponta o trabalho como mecanismo que possibilita essa transição, enfatiza que isso ocorre com o processo de vinculação do jovem ao sistema social, fato que pode acontecer em distintas situações de classe, “efetivado pelas relações entre jovens e adultos tais como ocorrem no âmbito da família” (WEISHEIMER, 2014, p. 101).

Dito isto, essa transição do jovem em estudante possibilita a este ter uma maior chance para emancipar-se da família, mesmo que em meio à isso ele esteja vinculado ao sistema social, criando outros laços. Sendo assim, como demonstrou Weisheimer, a família “é a primeira instituição a promover a adesão do jovem ao sistema e, por consequência, a uma determinada situação de classe. Os mecanismos dessa vinculação resultam da peculiaridade das relações interpessoais geradas no âmbito da família...” (WEISHEIMER, 2015, p. 101).

Nesse momento da transição que se estabelece do jovem à condição de estudante, é quando estes adquirem a garantia da ascensão de classe e o acesso à vida universitária. Assim aponta Foracchi, enfatizando:

“Quando um sistema se constitui como um momento particular do sistema de classe e família, como uma das expressões da situação de classe, a educação universitária

apresenta-se como requisito necessário do processo de transformação social e o jovem como agente efetivo desse processo” (FORACCHI, 1977, p. 125).

Contudo, Foracchi compreende o jovem como um ser ainda em formação, cujo futuro tende a depender de um “jogo incerto de fatores. Sempre que possível, a família tenta dirigir esse processo” (WEISHEIMER, 2015, p. 101). Nesse sentido, a condição juvenil é vista pela autora, numa perspectiva subalterna do jovem em relação ao adulto, quando este jovem ainda não deixou de ser dependente e não alcançou de fato sua autonomia.

Como salienta Weisheimer, a autora chega à conclusão de que a dependência econômica do jovem “equivale a submeter-se a um sistema de compromissos e pressões, estando de tal forma vinculado a ele que até as manifestações da vontade individual são contidas”. Desta maneira o jovem vivencia a ambivalência de sua condição social enquanto jovem e sua posição social enquanto estudante universitário. (WEISHEIMER, 2015, p. 101-102).

O sentido das relações de dependência existentes entre os estudantes e sua família é algo ambíguo, “por conter de um lado, potencialidades criadoras e de outro, limitações evidentes”, apontando que “o modo de reagir ao vínculo é limitado a própria instituição que o põe em prática e que as proporções, eventualmente assumidas por essa reação, são também estabelecidas pela autoridade conferida à família” (FORACCHI, 1977, p. 27).

Para o jovem universitário, depender economicamente da família vai muito além de uma simples dependência financeira para sua manutenção, mas “submeter-se a um sistema de compromissos e pressões”, ou seja, é possuir um vínculo de modo que até suas ações individuais estão sendo controladas (FORACCHI, 1977, p. 27).

A constituição do jovem enquanto categoria social, ressalta Weisheimer, envolve uma série de mecanismos controladores, para que o jovem “cumpra o desígnio familiar de mobilidade ascendente na estrutura de classes”. Isso se refere ao reconhecimento do jovem enquanto agente transformador em situação de classe e elemento que dará continuidade a sua posição no sistema de classes. Desta maneira, o jovem reorienta sua situação de dependência no interior da família e segue operando em prol da afirmação da classe enquanto situação de existência. Diante disso, o jovem busca canais eficientes de autonomia, surgindo como imperativo após a transição da condição social do jovem em estudante (WEISHEIMER, 2015, p. 105).

É necessário que o jovem universitário, que busca pela superação das relações de dependência, terá de concretizar isso face às conexões histórico-estruturais, portanto, isso significa que é preciso adentrar-se nas relações sociais de produção (WEISHEIMER, 2015, p. 105). Neste seguimento, a análise sociológica do trabalho estudantil é descrito por Foracchi em

dois níveis complementares: a) o nível da constituição do sistema global, enfatizando as condições e os efeitos da ação relevantes para a consolidação da ordem competitiva do sistema de classes e; b) no nível das situações interpessoais, ao compreender os efeitos socializadores e as perspectivas de autonomia referentes aos papéis que o jovem estudante desempenha nos setores extrafamiliares. (FORACCHI, 1977, p. 127).

Em relação aos estudantes que trabalham, a autora aponta que eles se libertam das relações de dependência da família, em diferentes níveis, passando a vivenciar uma emancipação parcial adquirida através do trabalho. Em suma, a abordagem sociológica sobre a situação de trabalho que a autora nos traz, busca, a priori, evidenciar os elementos do processo de trabalho. Deste modo, a autora põe em questão sobre qual seria o significado social do processo de transformação do jovem em estudante, visto que, se “o trabalho e as oportunidades de trabalho são, por excelência, as situações socialmente apresentadas para que o jovem e o estudante se emancipem ou se desvinculem” (FORACCHI, 1977, p. 156), cabe agora analisar quais os valores formados e perspectivas que conduzem esse processo de transformação do jovem em estudante.

Em primeiro lugar, como salienta Weisheimer (2015, p. 107), dirigindo-se apenas as implicações socializadoras, a autora acentua que esse processo tende a desencadear na redefinição de papéis, na criação de novos estilos de vínculo, desta vez, não mais restringindo-se às relações interpessoais, mas no nível da classe.

Em vista disso, destaca--se os efeitos positivos desse processo, que, ao centrar-se nas suas implicações socializadoras, não estaria correspondendo a uma modalidade de coerção do adulto sobre o jovem. Porém, as suas implicações negativas são as que mais se impõem à análise, e as que mais solidificam a alienação do jovem estudante em relação aos objetivos que lhe são postos socialmente.

Em segundo lugar, os efeitos desse processo no âmbito da situação de trabalho são, do ponto de vista sociológico, vistos como situações de convivência. A experiência adquirida pelo jovem através do trabalho, tende a lhe proporcionar uma nova ótica em face aos limites sociais da autonomia. Desta forma, Foracchi friza que por se tratar de um agente social específico, “o jovem estudante universitário, a natureza e o significado social da atividade por ele desenvolvida, são, plasmados, de um lado, por sua condição de estudante e, de outro, pela situação de classe” (WEISHEIMER, 2015, p. 107).

Portanto, a autora destaca: “o jovem que se transforma em estudante através do trabalho, é o jovem de classe média empenhado, consciente ou inconscientemente, em objetivar o processo de ascensão social de sua camada de origem” (FORACCHI, 1977, p. 169).

E em terceiro lugar, salienta-se que algumas manifestações deste processo de transformação do jovem em estudante, foram, em alguma medida, focadas no plano da transformação e do estabelecimento da ordem social. Neste sentido, em busca de compreender o significado da ação estudantil, a autora entendeu as representações do jovem estudante inerentes à elaboração de um projeto de carreira profissional. Importante salientar que o estudante, ao orientar sua ação no sentido de carreira não tende aceitar o padrão imposto no que tange a sua atuação profissional, mas busca de alguma maneira, sua modificação.

Em resumo, no que diz respeito a categoria de estudante, assim como Foracchi acentua:

Ser estudante é, sob esse aspecto, uma condição especial que pressupõe o preparo gradativo e dosado a uma atividade profissional futura, o que equivale a dizer, a um modo definido de participar da sociedade do seu tempo. É, portanto, uma virtualidade, eminentemente voltada para o futuro (FORACCHI, 1977, p. 211).

E, ao analisar a práxis estudantil, Foracchi aponta que esta deve ser realizada no contexto da sua classe de origem. Como aponta a autora, o estudante, na construção do seu projeto de carreira, encontra um padrão de atuação profissional não almejado e não sendo propício no sentido do aprendizado. Com isso o jovem passa a defender mudanças curriculares em seu curso.

Portanto para Foracchi, segundo Weisheimer (2015, p. 110-111), aponta que a crítica à essa estrutura curricular decorre a crítica a universidade e à adesão pela luta em prol da reforma universitária, sendo assim, tendo a consciência de que os entraves se devem ao “subdesenvolvimento”, o estudante já não mais se limita a reivindicar as “modificações de curso ou de currículo, mas já esta em condições de radicalizar o seu engajamento, ou seja, de identificar-se com grupos que lutam pela transformação da sociedade”.

Desta forma, diversos mecanismos de vinculação do jovem ao sistema social, como o trabalho, família e atuação profissional, operam no intuito de mantê-lo condicionado num parâmetro que conduzirão para a realização do projeto de classe. O jovem estudante, ao incorporar alternativas de autonomia, pautadas na situação do trabalho, perceberá que sua ação restringe-se aos interesses que essa situação forma, e não poderá dotá-la de conteúdo positivo de desvinculamento e ampliá-la em dimensões societárias. (FORACCHI, 1977, p. 237).

A ação do estudante teria como objetivo ultrapassar os limites da sua condição de classe média em ascensão, isso não significa que o estudante esteja contra a classe, mas contra o sistema que a produz, desta forma, sua ação é realizada nos limites da sua condição e das oportunidades de ações abertas. Dito isto, as condições sociais da participação do estudante no

processo político brasileiro, devem ser analisadas no contexto referente à sua classe de origem, predominada pela pequena-burguesia ascendente. Deste modo, a práxis estudantil se desenvolveria nesse contexto político como expressão radical da práxis pequeno-burguesa.

O seu projeto de transformar a sociedade, aliado à luta pela reforma universitária, teria como delimitação os interesses defendidos pela pequena-burguesia, o que leva Foracchi a limitar-se nas características da atuação política desta camada. Constituindo-se como classe emergente, a classe média encontrara-se posicionada em uma posição de dependência frente às demais classes.

Contudo, a atuação radical só tomaria o perfil revolucionário ao passo que os estudantes negassem seus vínculos com a classe média e adotassem o projeto do proletariado urbano e dos trabalhadores rurais. Referente à isso, Foracchi aponta que é imperativo reter que o movimento estudantil seja visto nos limites da condição de estudante, que caracteriza-se como transitória, assim aponta Weisheimer (2015, p.111-112).

Desta forma, seu caráter revolucionário se limitaria pelos aspectos sociais da condição de estudante universitário, isso significa que o processo social que confere à constituição de estudante seria o mesmo que limitaria a práxis estudantil.

Ao longo do processo de constituição do estudante como categoria social, engendra-se um estilo de práxis política que desvenda, ao mesmo tempo, a peculiaridade da sua própria condição e aspectos da situação global que a constitui. Transformando-se em estudante, o jovem é legado a agir e, agindo, torna-se capaz de compreender e criar disposições positivas para modificar as condições que o transformam em estudante, impedindo-o porém de sê-lo com autonomia.: as condições inseridas na problemática da sua classe de origem. Em outras palavras, isso quer dizer que as mesmas condições sociais que presidiram o processo de constituição do estudante e que estavam, portanto, integradas ao projeto familiar de ascensão e de transformação da ordem social exercem uma influência limitadora sobre a ação do estudante como tal. [...] Ou seja, ser estudante equivale a viver, nos limites de uma condição social particular, a ambiguidade da situação de classe (FORACCHI, 1977, p. 241).

Por fim, Foracchi (1977, p.294) conclui que, a ação e a intenção, não apresentam momentos diferentes da práxis estudantil. Seu significado e conteúdo só podem ser entendidos à cerca do período histórico-social, que os caracteriza como manifestações ímpares da situação de classe, sendo esta, mediadora dos momentos da existência do estudante enquanto categoria social.

### **3.4 As práticas de participação política dos jovens entrevistados do movimento estudantil na Bahia**

Como vimos, estudos apontam a constituição de envolvimento político entre os jovens nos últimos anos. Podemos perceber que os jovens têm superado os limites das participações convencionais, àquelas ligadas apenas aos canais políticos institucionais, a exemplo do voto, no entanto, estes têm buscado outras formas de organização e participação nos setores e entidades institucionais, através das suas inserções nos movimentos sociais, como o movimento estudantil na Bahia.

Com isso, estes sujeitos têm se aproximado de outras modalidades que fogem um pouco do convencional, promovendo atos políticos, a exemplo dos protestos nas ruas, utilizando novas formas de organização através das redes sociais de comunicação para execução dessas ações. Cabe ressaltar, mais uma vez, que a participação em seu sentido amplo, representa a atuação dos indivíduos que buscam influenciar nos espaços e nas relações de poder existentes na esfera social, experiência que ocorre através dos movimentos sociais, partidos políticos, associativismos, dentre outras.

Essas práticas ocorrem por meio de ações coletivas e caracterizam-se enquanto formas de organização distintas, em sua maioria, com propostas em prol da transformação social. As práticas de participação política aqui apresentadas diz respeito a práticas sociais e políticas, as formas de atuação dos jovens que buscam reivindicar a solução de problemas enfrentados por eles, ao mesmo tempo que, também visam possibilidades de envolvimento nos processos decisórios sobre questões que são parte de suas vivências e para além das suas experiências.

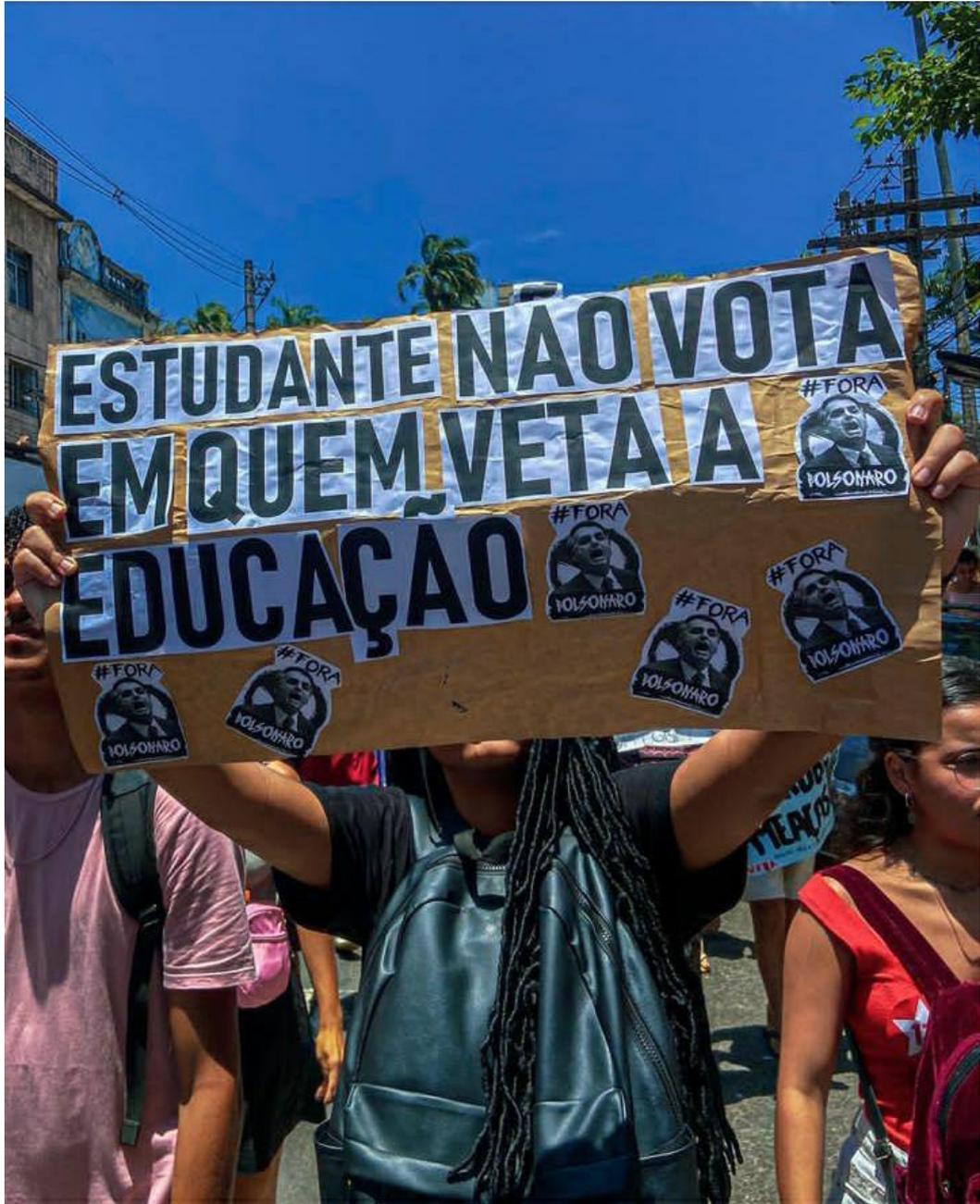
A exemplo, aqui na Bahia, recentemente, tivemos alguns atos organizados pelo ME na luta pela educação. Segue as seguintes imagens:

Imagem 11 - Manifestação do ME da Bahia, em Salvador-Ba



Fonte: imagem extraída do instagram do grêmio @alavancoifba

Imagem 12 - Manifestação do ME da Bahia, em Salvador-Ba



Fonte: imagem extraída no instagram do grêmio @alavancoifba

Imagem 13 - Manifestação do ME da Bahia, em Salvador-Ba, em protesto contra a Reforma do Ensino Médio



**Fonte:** imagem extraída no instagram do grêmio @alavancoifba

Imagem 14 - Manifestação do ME da Bahia, em Salvador-Ba, em protesto contra a Reforma do Ensino Médio



**Fonte:** imagem extraída no instagram do grêmio @alavancoifba

As imagens acima, mostram estudantes do IFBA- Campus Salvador, nas ruas, em protesto reivindicando a revogação do Ensino Médio.

Baseado nessas experiências vivenciadas por esses jovens é possível perceber, que esses estudantes apresentam reivindicações específicas, porém estas, também tem a ver com sua trajetória de vida, com seu território, dentre outros fatores que as caracterizam.

Neste tópico, apresentaremos os dados coletados sobre as práticas de participação política dos estudantes entrevistados, oriundos do movimento estudantil na Bahia.

Os entrevistados desta pesquisa são estudantes de escolas da rede pública federal e estadual, correspondentes a 90% oriundos da rede federal e 10% da rede estadual. Em termos gerais, o público caracteriza-se por estudantes da rede pública de ensino, atuantes do ME. Estes jovens entrevistados, apresentam um perfil em que há identificação de cunho político como eixo central nas suas inserções nos movimentos, através de lutas políticas, orientando-se por objetivos políticos em prol de transformação social, como veremos a seguir, quando questionados sobre seus entendimentos em torno das práticas exercidas dentro da sua trajetória militante.

Dito isto, vejamos no quadro a seguir quais são os grupos, movimento social, partido político, associações em que os entrevistados declaram participar:

Quadro 2 - Entidades em que os entrevistados são atuantes

<b>Entidades</b>	<b>Siglas</b>
Movimento Estudantil Secundarista	MÊS
União da Juventude Socialista	UJS
Partido Comunista do Brasil	PcdoB
Grêmio Estudantil	GE
União dos Estudantes da Bahia	UEB
Associação Baiana Estudantil Secundarista	ABES

Percebemos que os espaços que possibilitam as ações dos estudantes, refletem nas organizações de cunho político que visam intervir de forma política na tomada de decisões nas camadas institucionais, pois, inseridos nesses espaços, viabiliza o acesso desses jovens nos espaços de poder da cena pública. Sendo assim, tornando possível as concretizações das ações políticas estudantis.

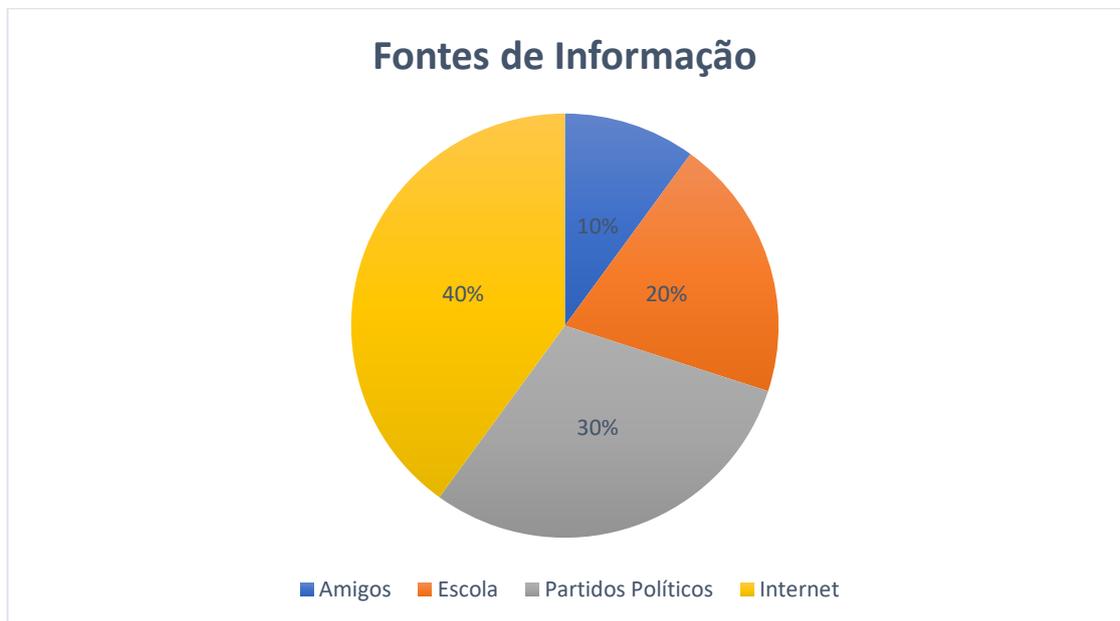
Para indagarmos sobre algumas questões no âmbito da participação política, organizamos em 3 seções: a primeira, refere-se a perguntas voltadas para a participação política, sobre como eles se veem dentro das ações políticas e seus entendimentos; a segunda,

volta-se para entendermos sobre sua confiança nas instituições e, a terceira, sobre sua posição ideológica. Nessa busca, obtivemos os seguintes dados, apresentados a seguir.

### 3.4.1 Sobre Participação Política dos entrevistados

Ao responderem sobre o nível de influência que a política tem na sua condição de vida, todos os entrevistados apontam que a política influi muito. Isso descreve que há um entendimento sobre a política, de alguma maneira, estar ligada diretamente à sua vida cotidiana, pois, demonstra que, há um entendimento sobre o seu sentido. Em seguida, foram questionados sobre sua importância na política, 70% responderam que influi muito e 30%, que influi pouco. No entanto, nos faz perceber, que este último indicativo, retrata uma autoanálise sobre seu nível de contribuição dentro dos movimentos, veremos um pouco mais sobre essas percepções nos dados apresentados adiante.

Gráfico 1 – Fontes de Informação sobre assuntos políticos



Podemos perceber, que o uso da internet e a influência dos partidos políticos, se destacam enquanto fonte de informação. A internet é a principal fonte de informação e conhecimento, uma vez que, se faz presente no cotidiano da sociedade. Mas cabe salientarmos, que a mesma, não se trata de uma fonte neutra, com isso, a mídia pode influenciar a população através de interesses próprios, ou ainda, utilizando de fake News para conduzir uma forma de

pensamento que não condiz com o propósito do bem-estar social. Ainda que tenhamos esses prós e contras, a internet é uma ferramenta que permite buscarmos outras formas de entendimento, como leituras que tratam de determinados assuntos, como livros, artigos científicos, ou seja, há uma abertura para que possamos questionar e comparar os discursos a nós apresentados, através de fontes mais seguras por meio do conhecimento científico.

Os partidos políticos, por sua vez, aparece como uma referência que se destaca nesta tarefa, isso também é um aspecto, por um lado, positivo. Na medida em que a população se proponha a oferecer a escuta, pode significar que, a juventude se interessa por assuntos políticos através dessas representativas, não limitando-se apenas à política que se desenvolve na prática cotidiana, mas também nas esferas públicas de poder, esse é um dado importante para que a juventude amplie seu senso crítico, através da tentativa de buscar entender como funciona essa esfera.

A escola, enquanto instituição socializadora, representa influência para esses jovens, mas, com uma menor representatividade no incentivo à formação do pensamento crítico e engajamento para os jovens entrevistados, percebemos então, que o espaço escolar não se apresenta enquanto protagonista para o incentivo ao pensamento crítico.

As relações interpessoais, também aparece como fonte de informação significativa, como é o caso dos amigos representarem uma fonte de informação, isso aponta que os jovens, conseguem entre si, discutir e questionar sobre assuntos políticos. Neste sentido, o estudante, por sua vez, caracteriza-se como uma categoria que oferece atenção para assuntos referentes à vida em sociedade. Vejamos o que os jovens entrevistados têm a dizer sobre esse aspecto:

Pergunto “O que te levou a participar deste movimento?”

João (pseudônimo<sup>20</sup>), responde como sua inserção nesse espaço aconteceu:

“Bom, eu tenho alguns colegas que já são estudantes da instituição, né? e aí, eles me... alguns deles já foram gremistas e aí, eles me apresentaram o grêmio, falou como atuamos dentro da instituição e eu me interessei pela... já na juventude partidária foi da mesma forma, foi um pouco depois do conubus [pergunto: o que é conubus?] o conubus é o congresso da UBES, a UBES é a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, e eu estava um pouco, meio receoso, de ... né? de entrar na política por conta de questões familiares, mas aí, depois de estudar um pouco e perceber que a gente não pode ficar em cima do muro, a gente tem que meter as caras mesmo porque a gente não muda o... não consegue mudar o mundo parado, né? ou sei lá, que ele dê um passo para a melhora. Então, entrei na UJS, por influência de alguns amigos, mas, foi mais vontade do que assim “vamos entrar”. Vontade mesmo de melhorar as coisas.” (João, estudante do IFBA, campus Salvador-Ba, Secretário da diretoria social e de educação no Grêmio estudantil Denilson Vasconcelos - Alavancô desta instituição).

---

<sup>20</sup>A fim da identidade dos entrevistados serem preservadas, utilizaremos pseudônimos ao nos referirmos aos mesmos.

O estudante aponta que questões familiares o deixavam receosos para o seu ingresso nos movimentos de cunho político. Podemos perceber o quanto que o entendimento sobre política no imaginário social possui diversas visões, e muitas vezes, negativas. Isso aponta como o processo de politização na sociedade brasileira, no sentido de posicionamentos lúcidos, endossados por uma perspectiva analítica de consciência do seu lugar enquanto sujeito social, ainda é muito frágil e necessita de um exercício que estimule o conhecimento sobre o funcionamento das estruturas na esfera pública.

Sobre a mesma questão, Henrique responde:

"Em relação ao grêmio, eu sempre fui uma pessoa muito questionadora, na verdade eu me interessei por política desde pequeno, meu avô era ativo politicamente, e aí eu acabei me interessando junto com ele, hoje em dia nós temos visões muito diferentes mas o interesse, aparentemente, é o mesmo. E aí desde de 2018 eu venho me interessando por política que foi a primeira eleição presidencial que eu acompanhei com mais afinco por assim dizer, e aí comecei a militar em um partido, que era o PDT, e aí eu comecei a me despertar mais para a questão de que se eu tinha tantas indagações em relação ao meio em que eu vivia, eu tinha que participar das movimentações mesmo para transformar aquele meio né? Aí eu achei que seria interessante participar do movimento estudantil, porque se eu tinha tanta coisa para criticar, enfim, coisas que eu achava que deveria melhorar, eu achava que tinha que contribuir com aquilo de alguma forma, por isso que eu resolvi entrar no grêmio. [então você foi convidado por uma colega sua para entrar no grêmio?] sim" (Henrique, estudante do IFBA-Campus Salvador-Ba., Diretor de organização do Grêmio estudantil Denilson Vasconcelos -Alavancô; representante discente no Conselho desta instituição e integrante do UEES).

No caso do Henrique, a influência familiar aparece como um ponto positivo, tendo um membro da família como referência que o levou a trilhar o caminho da participação nos espaços políticos.

Mais uma entrevistada diz quais as influências nesse caminho da participação:

"Quando eu entrei, eu ainda não sabia o que era um grêmio, mas assim que me explicaram, eu tinha uma amiga em comum, né? e assim que me explicaram o que era um grêmio, eu sempre fui muito envolvida em coisas como representar sala, assim algo para esta envolvida na escola e quando me apresentaram o grêmio eu me interessei de cara.[ digo: então por influência de uma amiga você se interessou para participar] isso" (Bruna, secretária de comunicação do Grêmio estudantil Denilson Vasconcelos -Alavancô IFBA- Campus Salvador-Ba).

Fazendo um cruzamento entre as respostas dos entrevistados, podemos afirmar que as relações interpessoais de amizade são recorrentes nas falas dos jovens quando o assunto é sobre influência, os laços de afeto nos ciclos de amizade, assim como os laços de afeto familiares, representam um ponto relevante a levar os sujeitos a realizarem determinadas escolhas. A

importância desses afetos, as similaridades entre visões de mundo sustentam as suas escolhas e permanência nos espaços de luta.

Raquel, mais uma integrante do grêmio, ressalta sobre as influências que a levaram a participar do ME:

“Meus amigos e o interesse também em participar do meio político, saber como é, aquele poder de militância dentro de mim que já estava gritando a muito tempo e conhecer os meus direitos e deveres como mulher negra na sociedade” Raquel, Integrante da UJS, da ABES e do Grêmio estudantil Denilson Vasconcelos -Alavancô IFBA- Campus Salvador-Ba).

Neste relato, podemos destacar o sentimento de pertencimento e mais uma vez as relações de afeto contribuindo para que as inserções nos espaços de luta se concretize. Em seguida, mais uma entrevistada responde:

“Na verdade, acho que foi minha vontade de tipo, representar a comunidade estudantil mesmo, de levar os interesses da comunidade estudantil” (Lorena, integrante do Grêmio estudantil Denilson Vasconcelos -Alavancô IFBA- Campus Salvador-Ba e integrante da UJS).

O interesse pelos direitos dos estudantes e da sua identificação com seus pares, aparece também como um ponto a se destacar, sendo importante para esses jovens e ressalta o entendimento de uma consciência coletiva em prol de transformação. Vejamos agora, o relato do entrevistado:

“Acho que em cada movimento, o que me levou a participar foi mais a necessidade de mudança nos espaços que estou inserido, e principalmente uma mudança que seja palpável, que eu possa perceber que eu estou influenciando as pessoas em algo (...)” (Rafael, faz parte da direção Estadual e Nacional da UJS, presidente da ABES, também representa a ABES no estado da Bahia, é representante de sua turma no IFBA- Campus Salvador, membro da comissão local de gestão da política estudantil, representante estudantil do Fórum Nacional de Educação na Bahia e secretário de eventos do grêmio estudantil Alavancô -IFBA- Campus Salvador- Ba).

Neste relato, vemos que a busca pela mudança em prol de transformação social é o ponto central e que ganha destaque nas falas dos entrevistados. Neste caminho, mais um respondente expõe as causas pelas quais o levou a participar:

“Nossa! Eu sempre falo com meus colegas, principalmente “Raquel” e “Rafael”, que no âmbito político são mais próximos de mim, mas é no sentido mesmo da rebeldia né?!, de a gente...tipo assim, a gente lutar pelos nossos próprios direitos. E aí quando eu entrei no IFBA, logo no primeiro ano, lá em 2019, acho que no final de 2019 se eu não me engano, aí teve um corte, e aí teve toda uma mobilização pelo twitter, alguma coisa assim, aí eu pensei assim: nossa! é isso, a gente tem que fazer por a gente mesmo,

porque se não, não vai dar certo né?!, então foi logo naquele golpe de Dilma, tudo isso, então tava bem na mídia né?! Aí no ano seguinte, foi a pandemia, aí 2021 eu já participei da comissão eleitoral da eleição do grêmio, que elegeu a “Mobilizar”, que é a antiga gestão do grêmio, anterior a Alavancô (...)” (Caio, filiado a UJS, dirigente e diretor de comunicação da ABES, também diretor de comunicação do grêmio Alavancô- IFBA- Campus Salvador-Ba).

O sentimento de mudança e a busca por mudanças considerando a coletividade como elemento que pode promover êxito, aparece como forte característica nos discursos desses jovens. O sentimento de acolhimento e semelhança, continua sendo recorrente nessas falas. Vejamos:

Assim, eu acho que essas coisas tá muito no sangue, sabe?! Desde nova, com meus 11...12 anos eu já fui muito participativa dentro da escola, tipo assim: o que é que eu posso fazer aqui além de estudar?! Então eu sempre fui muito observadora e sempre estive dentro das coisas que aconteceram dentro da escola, em questão de pautas mesmo né?!, de alguma pauta social que aparecesse, de alguma melhoria que a gente precisasse. Então antes de eu conhecer o ME, assim como conhecer o movimento secundarista, eu já participava dos movimentos secundaristas. Eu lembro de um ato que eu participei que era pela..., eu não vou lembrar agora se era pela adiação do ENEM, que teve uma época...não! foi antes da pandemia, foi alguma coisa relacionada ao ENEM, ou era aos cortes da ciência e tecnologia, alguma dessas duas pautas que teve, antes de 2020, antes da pandemia, o que, tipo assim?! eu era fundamental II ainda e eu já tava dentro de um ato, na rua, e tipo assim, eu nem sabia o que era o ME, um movimento secundarista, mas eu já me identificava, porque era uma coisa que eu vi que a gente precisava garantir nossos direitos. Então, eu sempre fui, por dentro dessas coisas muito automaticamente, muito meu mesmo, e aí eu conheci o ME propriamente dito, neh?! O movimento secundarista propriamente dito e percebi que já era muito antes de assumir essas lideranças, de estar dentro da UBES e tal...” (Marina, Vice-presidente da UBES do estado da Bahia e filiada a UJS. Curaçá-Ba).

A busca pelos direitos e o entendimento de que os movimentos são uma ponte que viabiliza essas concretizações, considerando os movimentos um espaço que promove essas alianças e caminhadas de luta, traduz muito sobre o que os jovens entrevistados enxergam nos movimentos sociais, sobretudo, o movimento estudantil. A identificação com seus pares em prol de lutas importantes para sua vida tanto individual, quando social, quebra as barreiras das relações acadêmicas, pois as relações de afeto e alianças com seus semelhantes estão intrinsecamente ligadas à esses espaços de militância e perspectivas de mudança.

As transformações sociais consideradas excludentes intensifica a vulnerabilidade social dos jovens, e nesse sentido, essa condição por muitas vezes, direciona os jovens para a busca de acolhimento entre os seus semelhantes (entre os que fazem parte de uma mesma situação social), sendo assim, é através dessas alianças que se sentem fortalecidos a refletirem sobre esses aspectos, chegando a conclusão de que são as ações sociais que poderão promover esse movimento de ação levando enfretamento de tal condição, em busca de melhorias da vida

social, de subsistência. Portanto, isso acaba contribuindo também na construção de uma identidade cidadã. Vejamos mais um relato:

“Essa foi muito, muito novo. Acho que eu tinha quando eu apresentando um movimento secundarista, quando entrei no movimento, se foi. Eu tinha 11 anos, eu conhecia esse daí. Bem, bem novo não tinha o juízo de entender o que que era?! Mas com 15 anos eu já estava no ensino no ensino fundamental, oitavo nono ano foi quando eu virei presidente de Grêmio. Essa foi a primeira vez que eu entrei, participei, aí teve algumas manifestações, você vê alguma atividade...fui tomando interesse, fui conhecendo e aí sim eu ganhei esse...essa proporção maior hoje em dia de estar, tá sentando, conversando com várias pessoas ou estar representando várias outras pessoas” (Antônio, Diretor de Escolas Técnicas da Abes. IFBaiano Campus- Porto Seguro-Ba).

Outro aspecto importante, é que o espaço escolar não só proporciona as relações interpessoais, como, mesmo que de forma indireta, no caso de algumas escolas, que não possuem grêmio estudantil e não incentivam a participação democrática, aproximam os jovens desses espaços, por meio das alianças que esses sujeitos fazem entre si através dos laços de acolhimento, afeto, sentimento de pertencimento, etc. A escola é um campo que cria conexões e possibilita que haja novos caminhos a serem trilhados através de uma construção de consciência enquanto sujeitos e seu lugar no mundo.

“Eu acho muito engraçado para as pessoas me fazem essa participação porque o seguinte, Guanambi, ela é uma cidade muito atrasada, indo, diria alguns aspectos. Ela é um pouco conservadora em alguns preceitos, então aqui, às vezes ainda é muito difícil você ver esses grandes movimentos tomarem a cidade, tanto quanto o movimento antirracista, fazer manifestação, atos e etc. Algo que chamou minha atenção( ...)foi um fato que aconteceu aqui no campus, em que ocorreu uma briga entre sexos, antes uma discussão, desentendimento que gerou um caso de homofobia e os estudantes eles se uniram para poder demonstrar isso a um apoio à vítima, que tinha sofrido, no caso também repudiar o ato. Então, foi a manifestação, de certa forma, legítima, entregando realmente todos ali os direitos a comunidade LGBT, que ela tem hoje em. Ocorreu que, um setor do campus, responsável pelos alunos, pela assistência de alunos repreendeu esses movimentos, repreendeu essas manifestações que são é que é de Extrema Liberdade do mundo para poder fazer e principalmente, com a pauta extremamente necessária, que é a pauta, né?! Ali do combate à LGBTfobia. E aí, tudo bem, não é? Eu não estava aqui no dia, eu não participei de certa forma, mas o que me chamou atenção depois foi ver um professor em sala de aula defender o agressor com preceitos de que era Liberdade de expressão dele e se acreditava naquilo que de certa forma pode ser religioso ou qualquer outra coisa, ele tinha Liberdade para poder exalar a opinião dele frente as escolhas da outra pessoa que realmente é se encolher cometido das agressões. Então há uma disputa aqui na sala de aula. É, a gente realmente trava, eu sou uma pessoa LGBT, então entra naquela questão ali de poxa! isso vindo de professor extremamente problemático. Só que no momento eu decidi, não, não, bater de frente com a autoridade. Professor dentro de sala de aula eu respeitei, apesar dos pesares, eu tive esse receio de bater de frente com ele na sala de aula e procurei novamente, né... A administração do campus do setor, responsável pela assistência ao aluno, para poder ver, é uma forma de muitas vezes tentar educar ou repreender o professor por aquilo que ele tinha cometido. E fato engraçado, que quando eu cheguei nesse setor, eles tentaram justificar as falas do professor, com a mesma começo do pensamento do professor, o professor tinha

liberdade para poder pensar naquela forma. E foi ainda começar a procurar dentro do campo, sabe, a me interar mais do assunto, onde que estava o movimento estudantil, né?! porque o movimento estudantil, principalmente o secundarista, ele tem um espectro muito amplo de não falar somente claro, ele tem sua necessidade de falar, especialmente dos estudantes, da educação, mas também ele cuida de um espectro social e cultural. Cadê o movimento estudantil? Cadê o movimento social nessas pautas aí pra poder defender os estudantes LGBT s do campus? Foi aí que eu iniciei essa pesquisa e descobri que o Grêmio, daqui de Guanambi, o grémio do IFBaiano campus Guanambi desde o ano de 2019, estava sem diretoria executiva. Estava sem estruturação, então era um Grêmio que estava realmente ali abandonado, a pandemia ela acabou massacrar, né... essa... essa questão, e aí eu comecei a me inteirar mais sobre ações Movimento Estudantil, comecei a procurar mais sobre, tanto dentro do campus, quanto fora dele. Marquei uma assembleia geral, fiz todo o processo democrático de acordo com o modelo do estatuto, antigo estatuto que em que tinha, que regia nesse grêmio e aí nós conseguimos. Eu consegui instalar minha chapa ou chapa única e entrei no movimento estudantil, né?!” (Pedro, presidente do Grêmio Estudantil do IFBaiano-Campus Guanambi-Ba e integrante a UJS).

Outras importantes bandeiras se fortalecem nos espaços em que os jovens se reconhecem entre si, pautados por uma percepção crítica que permite que possuam uma consciência crítica para quebrar os preconceitos existentes na sociedade.

Aliado à essas questões ditas anteriormente e relatadas pelos jovens, quando questionados sobre os espaços em que discutem sobre política, identificamos que a escola é a principal esfera em que esses jovens utilizam o espaço em prol desse exercício, 8declararam utilizar este campo educacional para debater sobre esses assuntos, 2declaram discutir em outros. Neste caso, a escola pode não cumprir seu papel enquanto instituição formativa que incentiva o pensamento crítico, porém, ainda sendo uma das instituições fundamentais para a formação humana, cumpre o papel de mediadora do processo de socialização, como vimos nos parágrafos anteriores, o espaço escolar é um espaço possível para que as lutas dos jovens se fortaleçam e avancem. Veremos a seguir, quais os outros espaços que esses estudantes utilizam para tais fins.

Quadro 3 - Espaço em que os jovens entrevistados discutem sobre política

<b>Espaços em que os jovens discutem sobre política</b>
Em casa
Nas redes
Em grupos
Em plenárias
Cursos de formação
Espaços do mundo virtual e físico
Fóruns
Assembleias

Congressos
Espaços em que são dirigentes

Ao investigarmos sobre participarem ou não em organizações sociais, todos sinalizaram serem atuantes em organizações. Isso reflete sobre sua inserção em entidades de cunho político, sempre voltadas para a busca em mudanças para a sociedade. O que nos leva a interpretar por esta ótica são as próprias representatividades que essas organizações têm na sociedade. As organizações apontadas são as seguintes: Grêmio Estudantil e União de Estudantes.

Dentre os 10 entrevistados, metade declararam serem filiados a partidos políticos, sendo estes o Partido Democrático Socialista (PDT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Tem-se aqui, parte dos estudantes atuantes no movimento estudantil, ultrapassando os limites das suas atuações. Compreendemos que essas participações nos movimentos e partidos, não só contribuem para o processo de formação política do jovem, mas para o amadurecimento do indivíduo na construção da sua percepção crítica e enquanto ator político.

Ao serem questionados sobre quais as atividades desenvolvidas no movimento estudantil, 9 dos entrevistados afirmaram desenvolver, porém, 8 das respostas se traduziram referente aos cargos que ocupam, compreendemos que as atribuições de cada cargo estabelecido, traduzem nessas atividades que entendem exercer. Neste sentido, quando questionados sobre ocupação em cargos no ME, 80% atuam em algum cargo, apresentaremos no quadro abaixo:

Quadro 4 - Cargos ocupados pelos estudantes no ME

<b>Cargos que ocupam</b>
Presidente de Grêmio, Coordenador do ME Secunda do IF Baiano e Diretor Secundarista da UJS Guanambi.
Vice-presidente da UBES no estado da Bahia, e tesoureira da UJS Curaçá.
Diretor de comunicação da ABES e do grêmio do IFBA – Campus Salvador
Secretária de comunicação
Diretor de escolas técnicas da ABES, Conselheiro egresso do IFBA Porto seguro, membro do conselho da juventude do município, membro titular do núcleo de estudos de afro-brasileiros e indígena.

Presidente da ABES, Dirigente da UJS, Delegado nato do Fee-BA, Representante de turma, Membro da GPAE-IFBA, Coordenador Geral do núcleo da UJS no IFBA e Secretário de Eventos do grêmio do IFBA-Campus Salvador.

Secretário de educação social, e diretor de comunicação no núcleo da UJS no IFBA.

Compreende-se que a atuação dos estudantes, lhes aparecem vinculados a um compromisso dos mesmos com a sociedade, independente de exercerem algum cargo ou não, participam de atividades e estão sempre atentos às questões que surgem. Podemos chegar a essa afirmação, partindo do entendimento dos próprios discursos desses jovens, sobre a frequência com que se encontram:

Pergunta: Com qual frequência vocês se encontram?

“Ah, acho que uma vez por mês a gente acaba se encontrando, às vezes a... depende muito, às vezes precisa se encontrar mais de uma vez por mês pra fazer reunião e a gente acaba debatendo os assuntos, né? tipo, o que tem de pendente, os eventos que estão em andamento. [Então, é a partir da demanda que tiver, vocês vão discutindo e vão fazendo as reuniões?] sim” (Lorena, integrante do Grêmio estudantil Denilson Vasconcelos -Alavancô IFBA- Campus Salvador e integrante da UJS).

Respostas semelhantes são trazidas por outros entrevistados, como é o caso da Bruna e da Raquel:

Bruna relata:

“No grêmio, todo dia porque acaba a gente se encontrando na escola [pergunto: tem uma sala do grêmio, né?] isso, tem uma sala do grêmio, e a gente acaba se batendo todo dia e na UJS, as vezes quando tem evento e temos um grupo no whatsapp, também que estamos sempre em reunião, tanto do grêmio, tanto UJS então é sempre semanal, assim.” (Bruna, secretária de comunicação do Grêmio estudantil Denilson Vasconcelos -Alavancô IFBA- Campus Salvador).

Raquel:

“A gente se encontra de semana a semana, todo dia aqui dentro do grêmio a gente se ver todo dia, a gente debate todo dia, mas com frequência mesmo a gente se encontra três vezes no mês é a reunião? mas a gente geralmente é três vezes no mês.” (Raquel, Integrante da UJS, da ABES e do Grêmio estudantil Denilson Vasconcelos -Alavancô IFBA- Campus Salvador).

Percebemos que há uma frequência que além de respeitar a periodicidade dos encontros, também estão sempre a postos para as demandas emergentes que vão surgindo. Isso significa

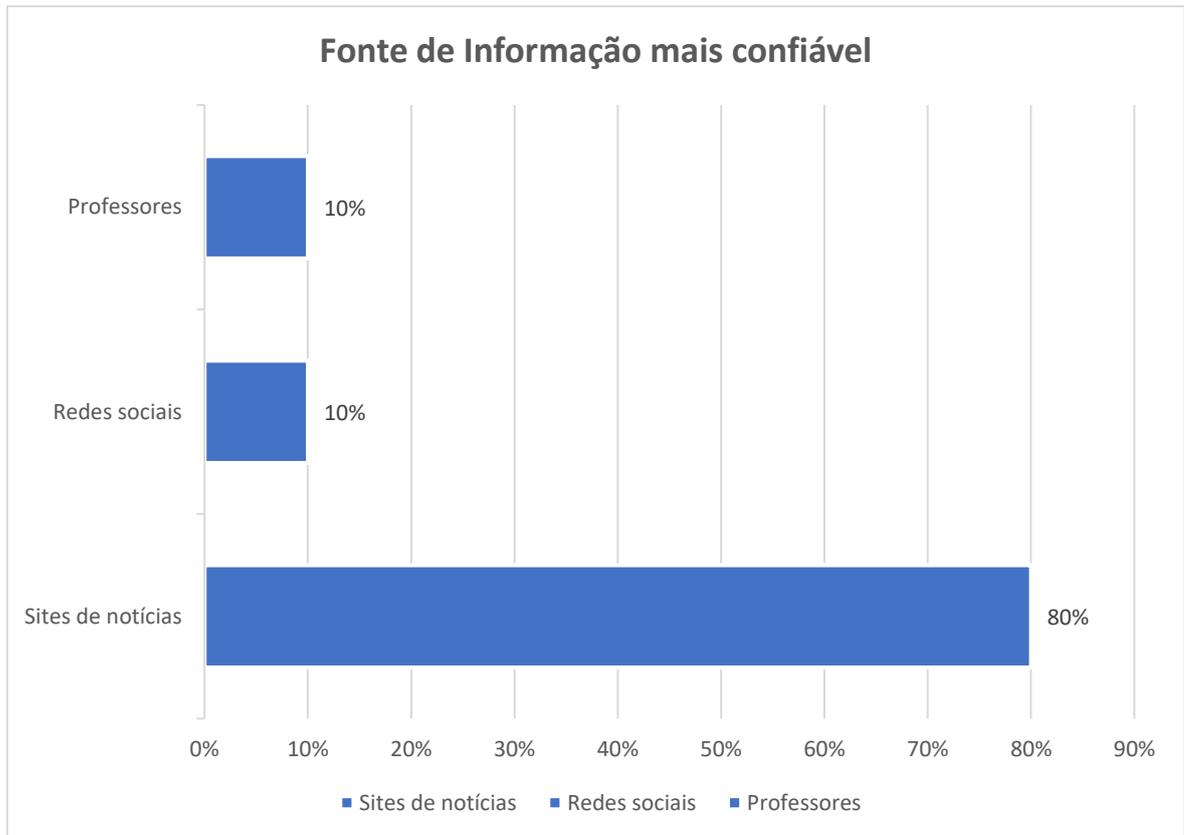
que através das pautas que vão surgindo os estudantes se unem para discutir como vão promover suas ações do ponto de vista da transformação social. Isso também faz com que fortaleçam os vínculos de pertencimento ao movimento e solidifiquem a construção da sua identidade, possibilitando que o movimento se fortaleça a cada descoberta e alianças que se façam, promovam entre si relações que busquem melhorias e direitos na sociedade. Vejamos agora qual o nível de confiança nas instituições declaradas pelos entrevistados.

### ***3.4.2 Confiança nas instituições***

Nesta seção buscamos entender a visão dos jovens entrevistados referente à confiança nas instituições. De acordo com os dados obtidos, compreendemos que o uso da internet continua sendo uma importante ferramenta que serve como fonte de informação, oferecendo a este público oportunidades para se conectarem com assuntos educacionais e políticos. Desse modo, podemos afirmar que uma das importantes fontes de informação e organização realizadas por esses jovens são por meio da internet. Numa perspectiva mais horizontal, acerca da utilização das novas tecnologias, sobretudo ao uso da internet, esta utilização tem democratizado (até certo ponto, pois nem todas as camadas sociais têm acesso a internet, devido as desigualdades sociais existentes), o acesso à informação, embora tenha pontos delicados em relação a forma como a internet é utilizada por muitos, principalmente quando se trata da propagação das fake News, trataremos aqui neste ponto, o que os jovens atribuem ao uso desta ferramenta no sentido da busca de informação, atribuindo à esta a confiabilidade, tendo a consciência de que esta também não é uma fonte 100% confiável, mas que, para a maioria dos jovens entrevistados, esta é uma fonte que se pode extrair informações confiáveis.

Em vista disso, acreditamos que, as novas tecnologias têm de certo modo, contribuído no aspecto social, do ponto de vista da disponibilização do acesso ao conhecimento, e por meio deste, possibilitando que se construa novos mecanismos que visem a contribuir nas práticas de participação política dos jovens. Para os jovens aqui estudados, esta aparece como um meio que podemos buscar “respostas” para aquilo que questionamos, ou, possibilidades de encontrar um caminho que nos permitam acessar as respostas que tanto buscamos, a interpretarmos o mundo e as estruturas que nos cercam, por meio das possibilidades que temos disponíveis a partir do lugar que ocupamos. Veremos abaixo, através dos dados e tabelas, dados que traduzem, as respostas desses jovens em relação ao seu grau de confiança a respeito das fontes de informação. Logo após o gráfico 2, temos uma tabela que apresenta o grau de confiança nos sujeitos citados.

Gráfico 2 - Fonte de Informação que consideram mais confiável



A tabela 1 apresenta os níveis de confiança atribuídos aos sujeitos, setores sociais e representantes religiosos citados. Entre as variáveis para mensurar o grau de confiança, listamos as seguintes: confia totalmente; confia até certo ponto; não confia, e por fim, não sabe ou prefere não responder. As influências sobre o que cada categoria representa na vida destes jovens, traduzem como se sentem em relação a estes, não somente do ponto de vista social, como também, aos mais próximos do seu convívio, do ponto de vista afetivo. Neste reflexo, os jovens buscam em seus pares, valores e formas de ver o mundo, nesta tentativa, se acolhem entre si e buscam os mesmo fins através de suas ações coletivas, concretizadas através da participação política. Vejamos os dados a seguir:

Na pergunta sobre “qual fonte de informação mais confiável?”, dentre as variáveis: “Amigos e colegas; familiares; professores; redes sociais; sites de notícias; TV e rádio; temos o gráfico quantitativo abaixo, com as variáveis escolhidas:

Tabela 1 - Sujeitos em que confiam totalmente, confia até certo ponto, ou não confia, para tomar decisões políticas.

<b>Sujeitos</b>	<b>Confia totalmente</b>	<b>Confia até certo ponto</b>	<b>Não confia</b>	<b>Não sabe/ Prefere não responder</b>
Pai e Mãe	1	5	3	1
Amigos	1	8	1	0
Professores	1	7	2	0
Lideranças religiosas (padres e pastores de igrejas)	0	2	6	2
Lideranças políticas mais velhas	0	7	1	2
Lideranças políticas mais jovens	0	10	0	0
Tv e rádio	0	7	2	1
Internet	0	8	2	0
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	1	8	0	1
Partidos Políticos	0	9	0	1
Governo Federal	0	8	2	0
Governo Estadual	0	7	3	0
Prefeitura Municipal	0	3	7	0
Parlamentares	0	8	1	1

### 3.4.3 Posição Ideológica

Indagados sobre pensando em uma sociedade melhor, uma lista de valores foram dados como exemplo, em seguida, pedimos para que escolhessem sobre os 3 que consideravam os mais importantes. A lista sugerida foi a seguinte: a) Auto-realização pessoal; b) Dedicção ao estudo e trabalho; Igualdade de oportunidade; c) Justiça social; d) Liberdade individual; e) Preservação do meio ambiente; f) Respeito a diferenças; g) Respeito a ordem e autoridades; h) Solidariedade; i) Temor a Deus e j) Caso tenha outros que não foi listado aqui, especifique. Lembre-se que são apenas os 3 mais importantes!

Para cada valor, o seu grau de importância descreve-se em:

Tabela 2 - Três valores que consideram mais importantes pensando em uma sociedade melhor:

<b>Valores</b>	<b>Consideram mais importantes</b> %
Auto-realização	3,33%
Dedicção ao estudo e trabalho	19,98%
Igualdade de oportunidade	23,31%
Justiça social	3,33%
Liberdade individual	9,99%
Preservação do meio ambiente	29,97%
Respeito às diferenças	0%
Respeito a ordem e autoridades	3,33%
Solidariedade	0%
Temor a Deus	0%
Outros (especifique)	0%
<b>Total</b>	<b>93,24%</b> <sup>21</sup>

<sup>21</sup> Dentre as 11 opções disponíveis para escolha, tendo 10 entrevistados, totalizaria assim um número de 30 escolhas. Porém 1 estudante, escolheu apenas um valor considerado importante, alterando o total de escolhas para 28. Neste caso as variáveis consideradas como mais importantes são em primeiro lugar “preservação do meio ambiente”, 9 vezes escolhida; em segundo “igualdade de oportunidade”, 7 vezes escolhida, em terceiro “dedicção ao estudo e trabalho”, 6 vezes escolhida; em quarto “liberdade individual”, 3 vezes escolhida; em quinto “auto-realização”; “justiça social” e “respeito a ordem e autoridades”; cada um variável, 1 vez escolhida, as demais não foram consideradas. dentre os 10 estudantes, 1 escolheu considerou apenas 1 valor importante, perfazendo um percentual de 28 respostas. Dentre os 10 estudantes, 1 deles considerou apenas 1 valor importante, não

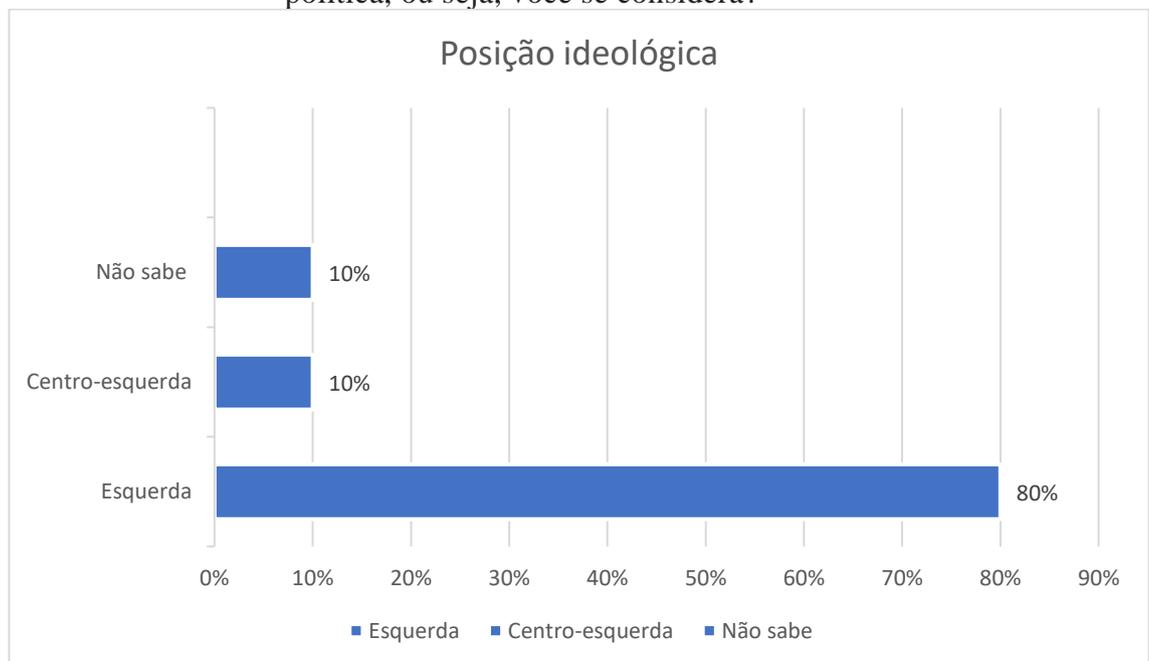
2 escolhas não foram feitas	6,76
-----------------------------	------

Dentre os três valores mais importantes que os jovens acreditam na construção de uma sociedade melhor temos: Dedicção total ao estudo e trabalho; Igualdade de oportunidade e Preservação do meio ambiente. Neste aspecto no estágio atual de globalização, em que as desigualdades crescem cada vez mais, os jovens entrevistados acreditam que a educação pode ser uma ferramenta transformadora, tão importante quanto a superação das desigualdades e a preservação do meio ambiente. Portanto, esses três pontos se destacam quanto a busca da transformação social, isso traduz seu lugar na sociedade e suas lutas em prol dessa transformação.

Em seguida, ao perguntarmos sobre sua posição ideológica, os estudantes trazem pontos importantes que retratam os seus entendimentos sobre política. Muitos assumem que não tinha entendimento sobre posicionamentos políticos e seus significados, mas consideram que as suas inserções nos grupos, foram de fundamental importância para que pudessem desenvolver sua percepção sobre visões no âmbito da política.

### Gráfico 3- Posição Ideológica

Pergunta: Levando em conta suas ideias, como você se posiciona em relação à política, ou seja, você se considera?



especificando o porquê da sua escolha em apenas um valor, sendo assim, resume-se no quantitativo de 28 respostas.

Pergunta: Qual a sua orientação política?

Esquerda. [pergunta: por que? me conta mais.] Assim, eu venho de uma direitista, minha família é conservadora. E assim, antes de entrar no IFBA, eu já me sentia, já me via incomodado com várias posições, vários posicionamentos, várias ações que minha família, ela reproduz e antes de saber o que era direita e esquerda eu já tinha aquele questionamento, eu já via que aquilo ali não batia tanto com o que eu pensava mesmo não tendo direcionamento político. Mas aí, quando eu entrei no IFBA, né? que eu já expliquei sobre meu amigos me apresentaram a juventudes e o grêmio e eu pude entender um pouco o que era a direita e à esquerda e, assim, a direita eu não tenho tantas críticas assim mas ela, algumas pessoa que... como eu posso explicar? enfim, se choca com a minha... meu estilo de vida, não sei se eu posso falar assim. [pergunta: você se identifica mais com a esquerda, então?] com certeza, com certeza (João, estudante do IFBA, campus Salvador, Secretário da diretoria social e de educação no Grêmio estudantil Denilson Vasconcelos -Alavancô desta instituição).

Constatamos aqui um dos papéis do movimentos sociais, que tanto promove ações em prol de mudanças na sociedade, quando contribui no processo de formação política dos indivíduos. Vejamos abaixo, mais um relato no que tange ao entendimento sobre política, tendo a participação nesses espaços de luta, como mediadora importante na construção desse conhecimento, enquanto sujeito reconhecedor de si mesmo e ator político:

Eu me considero de esquerda, mas para além de ser de esquerda eu me considero trabalhista. Dentro do trabalhismo, no caso, nós somos socialistas mas a gente não defende de chegar ao socialismo através da revolução, a gente defende isso através da reforma mesmo dentro do sistema. Então apesar da gente criticar tanto o sistema, a gente acha que na nossa sociedade brasileira, que a gente vive, que foi construída, querendo ou não nós não temos um histórico democrático tão longo, né? se a gente for olhar historicamente, o Brasil teve muito mais ou ditadores ou presidentes militares do que presidentes eleitos pelo povo, né? nossa democracia ela é muito jovem, não é tão madura, então a gente entende que... também não parece ser um sentimento do nosso povo promover uma revolução, então a gente entende que querendo ou não, dentro do sistema a gente consegue promover essas mudanças como eu falei para você antes, com toda dificuldade. Então, eu sou um trabalhista a gente defende o alcance do socialismo através da valorização dos direitos trabalhistas, então a gente entende que o trabalhador ele é realmente o sangue da sociedade, a sociedade ela não se move se não for através do trabalho, então a gente entende que o Estado, todo o sistema ele tem que tá voltado ali para a valorização do trabalhador, então essa é a nossa... essa é a ... minha concepção política é essa (Henrique, estudante do IFBA-Campus Salvador-Ba., Diretor de organização do Grêmio estudantil Denilson Vasconcelos -Alavancô; representante discente no Conselho desta instituição e integrante do UEES).

Mais uma vez, a inserção nos movimentos aparece como mediadora desse processo de percepção ideológica:

Me considero de esquerda, [por que você se considera de esquerda?] porque os movimentos que eu faço parte é da esquerda (Raquel, Integrante da UJS, da ABES e do Grêmio estudantil Denilson Vasconcelos -Alavancô IFBA- Campus Salvador).

A participação política da juventude não pode ser analisada fora do seu processo histórico-social, por isso ressaltamos a importância em explanarmos quais estão sendo os papéis desses movimentos sociais na percepção dos jovens em que neles atuam. Pode-se dizer, que ele expõe os jovens às questões sociais, e esses jovens, encontram nesse espaço uma oportunidade para promoverem suas ações em prol do que acreditam no sentido do bem-estar comum. Com isso, é possível identificarmos nestes discursos, que as práticas de participação política dos estudantes, dentro dos movimentos sociais e para além deles, caminham para a busca da justiça social. Nos seus discursos, se reconhecem como elemento importante para a concretização dos seus objetivos coletivos, apresentando um entendimento lúcido no que tange ao exercício da cidadania desenvolvidos através das suas práticas.

Neste capítulo, nos propomos a descrever as práticas de participação política dos jovens estudantes secundaristas no contexto da Bahia, as entrevistas, como pudemos ver, tiveram caráter semiestruturado, utilizou-se roteiro para nortear as questões abordadas, tratando-se das suas opiniões, posicionamentos em relação às questões que dizem respeito à participação política pela ótica dos estudantes entrevistados, integrantes do ME na Bahia. Os convites foram feitos através de mensagens de texto e ligações. As entrevistas duraram cerca de quarenta minutos a uma hora e meia, foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas. As sete primeiras entrevistas foram realizadas de modo presencial no IFBA-Campus Salvador-Ba, as outras três, no modo remoto, fazendo uso do Google Meet, pois se tratavam de jovens de outras cidades da Bahia. Os entrevistados tiveram seus nomes substituídos por pseudônimos, a fim de preservar a sua identidade.

Dito isto, neste capítulo seguinte, nos encarregamos de apresentar e descrever como acontecem as suas forma de fazer política, com seriedade e engajamento político, através de ações que visam o bem-estar social e equidade, em prol da transformação social, partindo para a compreensão sobre quais os sentidos da participação política na perspectivas desses jovens militantes do ME no contexto do território baiano.

#### **4 OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS PELOS JOVENS ESTUDANTES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Neste capítulo abordamos os sentidos que emergem das narrativas dos jovens estudantes secundaristas, acerca da participação política, partindo das suas experiências vivenciadas no MOVIMENTO ESTUDANTIL. Trata-se de uma análise que procura compreender como os jovens atuantes do ME percebem sua participação no ME e que sentidos atribuem à participação política.

As manifestações juvenis no Brasil contemporâneo vêm se destacando nos últimos tempos, mas também, são alvo de críticas acerca das formas de fazer política. Desta maneira, seus posicionamentos e reivindicações têm sido traçados por suas pautas pontuais e assertivas, direcionadas à melhorias, tanto na educação quanto no que tange a justiça social. Permanecem se mantendo firme em meio à controvérsias por parte da sociedade, que o associam a falta de legitimidade, principalmente em suas falas e na defesa de seus valores, não enxergando-os com seriedade, por causa da sua pouca idade.

Pautados numa lógica da coletividade como meio de organização e transformação, os jovens estudantes se mobilizam no interior do ME como estratégia de fortalecimento e desenvolvimento de suas práticas coletivas de cunho político, visando promover ações que tendem a impulsionar mudanças sociais. A organização política da juventude é algo que provoca um certo receio à esfera conservadora da sociedade, pois deduzem que a juventude, com suas críticas acirradas, possam insurgir no que tange as relações de poder na sociedade.

Nesse sentido, podemos perceber que, ao mesmo tempo que os jovens são vistos como irresponsáveis não podendo ser levados a sério, também são vistos como radicais quando o assunto é defesa de pautas que consideram justas para a sociedade.

A participação política dos jovens, torna-se uma forma de promover a construção de sujeitos críticos, aptos para o exercício de sua consciência política, pois, a participação política no solo dos movimentos sociais também se constitui enquanto formação política, sendo assim, possibilitam aos jovens que se comprometam aos seus ideais e se engajem de modo a compreender sua consciência de classe.

Aliado a isso, tem-se aqui um outro elemento ao ser utilizado como ponto de partida para compreendermos pontos de vista e posicionamentos dos estudantes quando se trata de percepções políticas, para então interpretarmos os seus sentidos quanto à participação. |Cabe

aqui salientar, que em linhas gerais, do ponto de vista sociológico, o conceito de representação política está associado à ação em prol de interesses ou em nome de alguém.

Desta forma, ao referirmos à política, esta ideia de representação estende-se um pouco mais, pois, logo remete-nos a representação de governantes para representar os cidadãos, que tem como princípio zelar pelo bem comum da sociedade. Ou seja, ao elegermos através do voto, um cidadão que consideramos apto para representar nossa comunidade, estes, ao assumir determinado cargo de responsabilidade do governo, isso se traduz na representação política, e neste sentido, importante compreendermos sobre o que se entende por este conceito. Para que com isso, posteriormente, consigamos assimilar os entendimentos dos jovens à esse respeito.

#### **4.1 Representação Política**

Neste tópico, iremos abordar, de maneira introdutória o percurso conceitual inerente à representação política e como se dão as suas interpretações, do ponto de vista sociológico. O conceito de representação política é um dos conceitos fundamentais para compreendermos o funcionamento da democracia representativa contemporânea, pois essa democracia corresponde ao próprio conceito de representação política. Em linhas gerais, a representação política está ligada a possibilidade que os cidadãos, da sociedade civil têm de controlar o poder político, como veremos na sequência deste texto.

Para Cotta, o conceito de representação política é considerado importante “tanto em suas implicações teóricas como em suas traduções práticas, é sem dúvida um dos elementos-chaves da história política moderna (COTTA, 1998, p. 1101). Neste sentido, entende-se que este conceito servirá para explicar e nortear os entendimentos no que diz respeito às questões de cunho político. O autor salienta que substituir algo ou alguém, podendo agir no lugar de alguém e evocar de forma simbólica alguém ou alguma coisa, são os principais significados da representação. Desta forma, na prática, podem ser divididos em:

“a) significados que se referem a uma dimensão da ação,— o representar é uma ação segundo determinados cânones de comportamento; b) significados que levam a uma dimensão de reprodução de prioridades ou peculiaridades existenciais; representar é possuir certas características que espelham ou evocam as dos sujeitos ou objetos representados. Esta distinção é importante enquanto põe à luz as duas polaridades entre as quais se pode mover a própria Representação política segundo as situações e sua colocação no sistema político (COTTA, 1998, p. 1102).

Todavia, estas premissas não serão de grande serventia se antes não houver uma separação entre a Representação Política de outras experiências. Em resumo, o sentido da Representação Política está associada a uma perspectiva de controle do poder político, associada a quem não exerce o poder, ou seja, através do voto é possível que haja esse controle, como é o caso do Brasil que tendo a democracia representativa. Com isso, pode-se dizer que pode ser sanada a exigência fundamental advindas das origens que fizeram surgir a instituição da representação proveniente da idade média.

Posto isso, a partir desta ótica, a representação pode ser também definida como um "mecanismo político particular para a realização de uma relação de controle (regular) entre governados e governantes" (COTTA, 1998, p. 1102). Aliado à isso, o autor estabelece três modelos interpretativos no que diz respeito a função representativa e as atribuições dos representantes políticos: 1) a representação como relação de delegação; 2) como relação de confiança; 3) como "espelho" ou representatividade sociológica.

De maneira sucinta, na primeira, o representante tende a receber um mandato imperativo, que o relaciona a praticar ou manifestar de modo preciso o desejo do representado; a segunda presume a autonomia do mandatário, que obtém do representado um tipo de mandato fiduciário<sup>22</sup>, isento de vínculo. Por fim, a representação como espelho, diferente das anteriores, está associada a representatividade, ou seja, de semelhança da parte (representante) com os demais (os representados), direciona-se mais sobre o efeito de conjunto do que, de forma individualizada, da função de cada representante. Concebe o organismo representativo como um microcosmos que reproduz os atributos do corpo político de maneira idêntica.

De modo geral, Cotta conclui ressaltando que os regimes representativos são os que de certa forma, adquirem da representação uma caracterização decisiva. Neste aspecto, a representação, no entanto, é considerado um fenômeno complexo, em que o núcleo consiste na tramitação que ocorre para a escolha dos governantes e de controle sobre suas ações através das eleições. Cotta acrescenta:

A complexidade da representação tem feito com que alguns critiquem o uso deste conceito e proponham desmembrá-lo. Em vez de representação, se deveria falar de seleção das lideranças de delegação de soberania popular, de legitimação, de controle político, de participação indireta e de transmissão de questionamento político. Usar-se-iam, assim, conceitos mais simples e suscetíveis de uma interpretação mais unívoca. A esta tese se deve replicar que o conceito de Representação política continua sendo útil sobretudo como conceito multi-dimensional, ou seja, como conceito sintético de um fenômeno político que é certamente complexo nos seus elementos constitutivos, mas que é ao mesmo tempo unitário em suas finalidades e na sua lógica causal (COTTA, 1998, p. 1106).

<sup>22</sup> Fiducial. Refere-se a confiança a que a expressa.

Embora ocorra uma certa complexidade no que tange a representação, o autor salienta que para o conceito da representação política, tais premissas são muito pertinentes, caracterizando-se por seu caráter multi-dimensional, mas que contempla a singularidade quando necessário em termos interpretativos.

Hanna Pitkin, em seu estudo clássico sobre o conceito de representação, aborda o desenvolvimento etimológico do conceito moderno de participação, do mesmo modo em que aborda, na teoria política, as práticas históricas de representação política. Logo, a autora salienta que “a representação é, em grande medida, um fenômeno cultural e político, um fenômeno humano” (PITKIN, 2006, p. 16).

Desta forma, remetendo-se a origem da palavra, é possível dizer que, segundo a autora, no latim clássico a palavra “representare”, que significa “tornar presente ou manifesto; ou apresentar novamente”, é utilizada para fins quase totalmente destinado para objetos inanimados. Assim, Pitkin aponta: Embora os gregos antigos tivessem várias instituições e práticas às quais aplicaríamos a palavra “representação”, eles não tinham palavra ou conceito correspondente. O termo é de origem latina, embora também em latim seu significado original não tivesse a ver com agência, governo, ou quaisquer instituições da vida romana que poderíamos considerar como exemplos de representação (PITKIN, 2006, p. 17).

Portanto, conforme a autora, até o século XVI, este significado não havia nenhuma relação com pessoas representarem outras pessoas; e até 1595 não há um exemplo de representar como “atuar para alguém como seu agente autorizado ou Deputado” (PITKIN, 2006, p. 20). Esse conceito moderno que acolhe aspectos políticos significativos foi concluído antes de findar o século XVII, que teve a obra de Thomas Hobbes intitulada O Leviatã, fundamental para este entendimento, em que a representação é apresentada pelo autor em termos de autorização.

É a partir desta perspectiva, que consideramos a representação política, como um dos eixos analíticos para buscarmos compreender e interpretar os sentidos que os jovens atribuem a participação política, visto que, estão diretamente ligadas, pois, são conceitos do âmbito da política, em termos gerais.

#### **4.2 Os sentidos atribuídos pelos jovens entrevistados à participação política**

O objetivo deste tópico é compreender os sentidos que os jovens estudantes entrevistados do ME atribuem à participação política, analisando os processos da sua

participação nos movimentos, desde o seu entendimento referente ao seu processo participativo aos sentidos da participação política.

Dessa forma, foi perguntado aos jovens quais os sentidos dessa participação. Os jovens apresentam nas entrevistas que a busca pela transformação social é a maior motivação com que faz que eles permaneçam na militância, sendo este o seu sentido principal, a busca de melhorias e avanços na sociedade, conforme disse João:

Pergunta: Para você, qual é o sentido da participação política?

“Eu acho assim, que o lugar do indivíduo é aonde ele queira estar, né? Então, me incomoda muito algumas pessoas serem excluídas de espaços por pensarem diferente, serem “diferentes” e ver essas conquistas diariamente, por mais que seja poucas conquistas ou seja um pouco demorado a gente ainda consegue ver, né? que a gente pode conquistar mais espaços que foram tirados da gente, então isso me motiva mais, ver as pessoas sendo mais como elas são, não sendo reprimidas por um pensamento tão arcaico, sabe? Por mais que minha família seja mais da direita, mais conservadora, eu enquanto sujeito político, eu consegui mudar muito a minha família, porque assim, é o meu primeiro contato. Eu acho que antes da gente tentar passar para outras pessoas, a gente tem que mudar nossa casa. Assim, não consegui mudar tudo mais a minha família vem melhorando com o tempo, eles aceitam mais, eles pensam um pouco diferente, algumas palavras preconceituosas, alguns ditados preconceituosos eles acabaram excluindo do vocabulário, e isso que vai me dando um pouco mais de gás para lutar mais” (João, estudante do IFBA, campus Salvador, Secretário da diretoria social e de educação no Grêmio estudantil Denilson Vasconcelos -Alavancô desta instituição).

Vemos a partir desse relato, que a luta pela transformação está diretamente atrelada a luta pelos direitos das minorias sociais, tendo a diminuição do preconceito como um dos elementos chave para o alcance dessas melhorias na sociedade. Nessa entrevista, o estudante aponta para alguns aspectos que se fazem presente na sua vida cotidiana e o mesmo busca por transformações através da sua disposição em exercer o processo de desconstrução, a começar por sua família, num exercício de ações que rompem com as barreiras do preconceito na prática cotidiana.

A luta pelo fim do preconceito, a busca pela igualdade social, na direção de poder quebrar os paradigmas e ocupar espaços de poder, como mecanismo de defesa e luta, se destacam na fala do entrevistado. Remetendo-nos a Foracchi (1977), a práxis se faz presente na prática cotidiana desse sujeito, pois, a ação deste jovem, influenciada pelos limites da sua condição de classe, busca romper com estruturas que limitam seu lugar na sociedade, e assim, o estudante pensa para além da dimensão individual, partindo para uma consciência e visão de mundo, que contemple melhorias para o coletivo, para a sociedade como um todo. Seguimos a diante, com mais um depoimento:

Henrique relata:

“Eu acho que é o sentido mesmo de ocupar o espaço e entender assim, uma analogia que eu sempre faço geralmente a gente se enxerga né enxerga a política como jogo de futebol e a gente nunca enxerga que a gente a bola os jogadores são os políticos né?!, não existe arquibancada, a gente não é arquibancada, e tudo que acontece dentro da política afeta gente a gente não tá assistindo o jogo político, a gente tá inserido ali a gente pode não está participando mas justamente por não ocupar esses espaços, mas é ideal que a gente ocupe porque tudo que ocorre na política influencia principalmente a gente e quando eu falo a gente são principalmente as pessoas pobres, do Brasil, porque assim, o rico pode passar o governo e ficar governo, o rico vai continuar sempre sendo rico, pode afetar o interesse dele aqui ou ali mas ele continua sendo rico, ele vai continuar tendo plano de saúde, ele vai continuar morando em uma boa casa, ele vai continuar não sendo assaltado porque ele tem um ônibus... um carro blindado. Então o rico ele tem uma série de privilégios que são conservados pelo sistema político independente do presidente que passar, o rico vai continuar sendo rico e tendo seus privilégios de rico. Nós que somos pobres, não. e então, o governo impacta diretamente em nós que somos pobres e se a gente não se reúne não só para eleger o governo que lute pelos pobres mas para cobrar esse governo depois de eleito e para participar desse governo que a gente tem que estar no poder também, a gente pode até eleger um bom governante, mas a gente não tiver nesse espaço de poder para está ali junto, sabe do poder publico, o sistema ele se volta contra a gente porque o rico ele sempre vai estar cobrando o estado, o rico sempre conquistando, entendeu?” (Henrique, estudante do IFBA- Campus Salvador-Ba., Diretor de organização do Grêmios Grêmios estudantil Denilson Vasconcelos -Alavancô; representante discente no Conselho desta instituição e integrante do UEES).

Assim como a luta pela igualdade de direitos, percebemos que a importância da consciência de classe é um ponto que se destaca para o alcance desse sistema mais igualitário, o qual o jovem busca alcançar. A consciência política, a ideia do reconhecimento enquanto sujeitos de direitos e não só cidadãos, é um ponto extremamente crucial para a transformação da sociedade colocado na fala desse jovem.

Portanto, o entendimento sobre a política, o papel do Estado e a ação cidadã são elementos que trazem uma certa denúncia para o que ocorre com a massa trabalhadora da sociedade, pessoas pobres e em situação de vulnerabilidade social se encontram nesta situação por causa da divisão de direitos que não são distribuídos de forma justa pelo Estado. O jovem aponta como tudo isso, trata-se de um problema sistêmico, histórico-social, salientando a importância de uma consciência política e crítica, tanto para os indivíduos que não estão dentro dos movimentos, tanto para aqueles que atuam nesses espaços.

O sentido da participação salientado pelo jovem entrevistado, aponta para o que Pateman (1992) nos traz em seu debate sobre esse conceito, que é a importância da participação para a sociedade. Em linhas gerais, para Pateman, (1992), a participação é um ponto importante a ser debatido no viés democrático, neste sentido, o entrevistado coloca que estar inserido nos espaços de poder, na política em si, é um meio que traz sentido para a sua participação. As suas ações, precisam ser concretas nos espaços de poder e de luta, para que com isso, possa alcançar

as mudanças necessárias para a sociedade, é através dela que o indivíduo pode interferir contra decisões arbitrárias dos representantes políticos.

Nesse sentido, mais uma jovem destaca:

“O sentido da minha participação é conhecer, é saber mais o que eu posso, do que eu tenho que ir atrás e sem o movimento estudantil eu não seria nada. É um sonho, eu quero estar ali, eu sou uma militante sempre, vou estar ali firme e forte porque se não fosse aquilo ali a gente não ia ter metade do que a gente tem hoje na educação, na cultura e em políticas públicas, então pra mim é essencial participar, eu que sou uma pessoa que sou de um bairro periférico, que tive pessoas que participaram, pessoas que participam. Então sempre vou continuar participando” Raquel, Integrante da UJS, da ABES e do Grêmio estudantil Denilson Vasconcelos -Alavancô IFBA- Campus Salvador).

A importância de ter um espaço em que possa ter a escuta como meio de ação é tida como crucial, a estudante traz um traço de empoderamento, de possibilidade de ação política e transformadora. A militância no ME aparece como o eixo central para concretização de ações em prol de mudanças. Desta forma, os movimentos sociais são de extrema relevância e é um mecanismo, na perspectiva da jovem entrevistada, que põe em evidência a questão da identidade, da conquista de direitos, que contempla a conquista de direitos numa perspectiva de gênero, na dimensão educacional e cultural. Ou seja, o ME cumpre o seu papel enquanto movimento social, acentuando seu processo histórico-social, representando os sujeitos inseridos, que buscam por avanços na sociedade.

Como aponta, Touraine (1996 p. 293) “ um movimento social não pode ser analisado fora do campo de historicidade no qual ele se forma”, isso significa que o movimento social tem o papel de representar sua classe, partindo da sua coletividade, o que sempre o remeterá ao seu contexto histórico.

Vejam os exemplos em mais uma fala:

“O sentido é mudanças, mudanças ... a gente, estudantes, às vezes a gente não tem alguém para nos representar assim de fato, e muitas vezes precisamos nos mobilizar para que a gente possa ser escutado. Por exemplo, agora tem o novo ensino médio, né? que entrou em vigor e aí, quem vai fazer para que isso não seja levado adiante? A gente, porque se depender da política, isso já está aprovado, isso está para acontecer, e aí se a gente não se movimentar, se a gente não fazer protesto, gritar para que a nossa voz possa ser ouvida, vai continuar assim, vai levar assim e ninguém se importa com isso.” (Bruna, secretária de comunicação do Grêmio estudantil Denilson Vasconcelos -Alavancô IFBA- Campus Salvador).

E aqui percebemos o quanto a importância da representação política nos espaços de luta é significativa na visão desses jovens, sempre em busca de mudanças em prol de transformação

social. A possibilidade de mudança, para eles, só se torna possível através das ações coletivas executadas por meio dos espaços de militância, a exemplo do ME.

Nesta fala, destacamos a ação política se concretiza por meio das ações coletivas, preservando a sua pluralidade, mas trilhando um mesmo caminho. A coletividade é a base sólida que irá permitir as práticas e as lutas pelos direitos de uma categoria. Aliado à isso, lembremos, segundo Arendt (2002, p.17) que a política é uma necessidade indispensável para a vida humana, tanto para o indivíduo, quanto para a sociedade, pois a tarefa da política é garantia da vida, desta forma, a estudante em seu relato, corresponde ao que a autora destaca, pois a jovem considera a chance da escuta, através de duas ações, em espaços políticos.

Outros aspectos são apresentados pelos jovens e a participação política é o elemento chave na perspectiva de mudança para os jovens entrevistados, quanto aos sentidos da participação, vejamos:

O sentido é construir um país mais democrático, é uma questão de representatividade. Eu digo isso, o que será dos políticos sem ter representatividade. Eu preciso me ver na política. Eu preciso ver pessoas iguais a mim na política, e eu não faço isso só reclamando minha rede social, eu faço isso participando, porque é colocar tensão, cobrar, mas a gente pode cobrar várias vezes, mas ter a nossa parte, que é de participação, e essa que é a grande dificuldade hoje em dia, é ser muito da cobrança, mas a gente tem um pouco de participação, de muitas pessoas, a gente tem cenários que é necessário a participação das pessoas, do diálogo. E muitas vezes essa participação é impedida porque a participação às vezes, é privilégio. É, digo isso que, participar de algumas atividades políticas sociais é privilégio! Você ter um tempo para conseguir discutir, é privilégio. Eu tenho... Eu sei dessa realidade também, sabe? É por isso que a gente tenta ter se ficar mais e trazer essas políticas mais para questão é dos cenários, nossos base, nossa atividade, sentar e construir nesse cenário de participação política, mas é... é mais participativo (Antônio, Diretor de Escolas Técnicas da Abes. IFBaiano Campus- Porto Seguro-Ba).

A desigualdade de classe, a importância da representatividade no âmbito democrático, a participação como meio de transformação e o entendimento sobre os privilégios em relação às formas de participação, aparecem como destaque na fala do jovem. A participação, mais uma vez, é vista como o ponto central para a concretização de um país mais democrático. Isso nos remete a Dahl (2005), no que tange a democratização, o autor considera que a participação é crucial para a existência da democracia e é através dela que possibilitará a instauração de uma democracia efetiva.

A ideia de uma nação mais igualitária e a busca pela justiça social é mais um dos pontos colocados pelos entrevistados, ao retratarem sobre os sentidos da participação:

Ah, eu acho que por um por um Brasil assim dos nossos sonhos, o Brasil que a gente quer de fato, sabe?! Um Brasil que assim é, consiga caber todas as expectativas da

Juventude. Que a gente consiga sair da escola e a gente consiga entrar no mercado de trabalho, a gente consiga entrar na universidade com qualidade, porque muitas vezes a gente tem uma jornada na universidade desgastante, que a gente não consegue conciliar a universidade com o trabalho e a universidade também não consegue dar os aparatos necessários para a gente estar lá, porque a quantidade de bolsas nunca é, é nunca consegue contemplar todo mundo. Então, é uma luta constante para que isso aconteça. Então acho que a frase seria essa: o Brasil dos nossos sonhos (Rafael, faz parte da direção Estadual e Nacional da UJS, presidente da ABES, também representa a ABES no estado da Bahia, é representante de sua turma no IFBA- Campus Salvador, membro da comissão local de gestão da política estudantil, representante estudantil do Fórum Nacional de Educação na Bahia e secretário de eventos do grêmio estudantil Alavancô -IFBA- Campus Salvador- Ba)

A educação de qualidade, as melhorias pelas condições de trabalho e estudo, são pré-requisitos para a construção de um “Brasil dos nossos sonhos”, segundo o estudante entrevistado. As desigualdades de classe, a precariedade nas condições de trabalho e a busca por melhores investimentos nas universidade traduzem a distância para a concretização de um projeto de nação ideal, na perspectiva do jovem respondente. As desigualdades de classe e as precariedades nas condições de subsistência também são aspectos apontados pelos jovens:

Eu acho que é um pouco de tudo que eu já falei e o sentido da participação é continuar lutando para o que é nosso. É uma coisa que eu também falo muito, é que eu luto por aqueles que não conseguem lutar. Porque tem gente que está num nível tão, tão mais precário do que eu, por exemplo, que não tem forças, que não consegue, que não tem voz, que não tem vida, é... Então, então, que só não tem a personalidade mesmo de lutar, mesmo sabendo que ela deveria ter um mínimo de condição para viver. Então eu luto por aqueles que não conseguem lutar também. Para aqueles que não tenham sangue, que não com que não tem, é... muitas vezes, condições mesmo de estar no meio da luta. Então, uma coisa que eu que eu digo é isso, porque eu não luto por mim, eu não luto por mim, eu luto por um todo. Eu vou lutar para que não só eu me sinta livre bem, mas que todas as pessoas que eu conheço e as principalmente que eu não conheço, que são muitas, vivam em condições boas de vida, que vivam livremente da forma que se sentir melhor no mundo. Então, tem uma frase...é...que agora eu não lembro ao certo qual é essa política, mas que é: “enquanto uma mulher não for livre, eu também não serei!”, ou seja, só seremos livres quanto todas as mulheres forem, só serei, estarei satisfeita quando todos tiverem satisfeito de suas próprias vidas. Então eu acho que é muito sobre isso, é muito sobre lutar por um coletivo e por um bem, é... de ó, eu estou fazendo, eu estou fazendo o que eu tenho dentro de mim, que eu sei que é uma contribuição para a sociedade. Eu sei que é uma contribuição para o mundo. É...então é muito nesse sentido mesmo (Marina, Vice-presidente da UBES do estado da Bahia e filiada a UJS. Curaçá-Ba)

Para a estudante, o sentido da sua participação se traduz na busca pela melhoria de vida, prezando pela justiça social e compondo uma trajetória de vida que pode transformar a vida de outras pessoas, para mudar a realidade. Então, a participação, mais uma vez é a alternativa necessária para alcançar e superar os limites da realidade existente. A desigualdade social que assola o país, segrega até mesmo àqueles que buscam os mesmos fins.

A estudante ressalta que até mesmo para lutar por direitos e melhorias de vida na esfera social, é necessário que minimamente se tenha uma condição de subsistência que permita que se possa ter voz. Fazendo essa leitura na perspectiva da Foracchi, em relação a transformação do jovem em estudante, visando os limites da sua autonomia, a autora aponta que o jovem é um ser ainda em formação, neste sentido, o futuro depende de um “jogo incerto de valores” (WEISHEIMER, 2015, p.101), deste ponto de vista, a condição juvenil é tida como subalterna frente ao adulto. Trazendo essa perspectiva para a fala da jovem entrevistada, até mesmo jovens que são mantidos pela família, do ponto de vista econômico e sobretudo, responsável pela sua subsistência, esta relação de dependência também é um fator que impede que suas vozes sejam ouvidas e a conquista da sua autonomia se apresente cada dia mais distante do que almejam. Desta maneira, são inúmeros os fatores que implicam nessas inserções e conseqüentemente, se efetive a participação política nos espaços de luta e convergência de valores.

Na luta pela transformação, os jovens levantam bandeiras importantes para a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária, este aspecto configura-se como o eixo central das ações coletivas dentro do movimento estudantil para esses jovens. Desta forma, conseguimos identificar que os sentidos da participação política são marcados pela busca da transformação social, por meio das suas inserções em movimentos sociais e partidos políticos, através de suas ações, buscam estar dentro dos espaços de poder e lutarem pelos seus direitos.

Com isso, podemos perceber, através de seus discursos, o quanto consideram suas participações importantes, se percebem como elemento principal para representar suas comunidades e classe, ocupando uma posição necessária na luta pela justiça social.

No que tange aos entendimentos nas questões sobre o exercício da cidadania e consciência política, vemos que, estes jovens possuem uma compreensão em torno da política, que possibilita que tenham uma consciência crítica quanto às estruturas sociais. Nesse sentido, constatamos que suas participações acontecem de forma constante, através de reuniões semanais, mensais e extraordinária, ao surgirem algumas pautas emergenciais, dentro desses movimentos e partidos políticos.

Ao longo da história nacional, os movimentos sociais da juventude contribuíram significativamente para a democratização desse país e para o bem-estar social, alcançando melhores condições de vida da população, por meio de suas lutas. Os jovens seguem atuando junto à sociedade a partir de seus contextos culturais e políticos que se apresentam através do período sócio-histórico.

O debate realizado neste capítulo nos permitiu compreender que o projeto de sociedade que os jovens visam através das suas participações políticas e nos entendimentos destas, estão

totalmente em busca da transformação da sociedade, pois, se esforçam para alcançar melhorias sociais, tanto no presente, como também pensando num futuro próximo.

Portanto, concluímos que a trajetória teórica colocada pela Marialice Foracchi em relação ao jovem no processo de transformação da sociedade, dialogam com os dados encontrados nas falas dos estudantes entrevistados. Anseios por transformação, através da participação política por meio do ME, se fazem presente até os dias atuais, assim como os percalços enfrentados pelos jovens para ocupar espaços de poder, no objetivo de lutar pelos valores sociais que defendem em sua coletividade, a busca pela autonomia também caracteriza esse processo. Suas inserções nos movimentos sociais se fazem presente nesse caminho em prol de mudança e justiça social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta investigação sociológica, buscamos identificar os sentidos da participação política na percepção dos jovens estudantes secundaristas do Movimento Estudantil. Para compreender como se daria este entendimento, buscamos conhecer o perfil desses sujeitos, as práticas desenvolvidas e como ocorria suas participações dentro dos movimentos os quais eram atuantes. O propósito deste estudo foi, em primeiro lugar, localizar esses jovens atuantes nos movimentos sociais, a fim de compreender como hoje essas atuações se estabelecem dentro dos movimentos.

A partir do capítulo 1, apresentamos o percurso estrutural da pesquisa, descrevendo os objetivos gerais e específicos, hipótese, metodologia e universo de análise. Elementos cruciais para que pudéssemos desenvolver esta investigação.

No capítulo 2, desenvolvemos o debate teórico referente ao conceito de juventude e participação política. Em torno do conceito da temática juvenil, tratamos da sociologia da juventude, numa perspectiva sócio-histórica, abordamos questões sobre juventude como categorial social e enfoque geracional, trilhamos também por um caminho teórico sobre participação política juvenil do ponto de vista da prática democrática. Este entendimento e abordagem tiveram como origem uma compreensão pelo prisma da democracia, sendo esta, não entendida aqui apenas enquanto um conjunto de instituições, mas como um regime político que acolhe os indivíduos como sujeitos de direitos e atores políticos, indivíduos estes, formadores de opiniões, que têm suas ações pautadas a partir de sua forma de ver o mundo, e que, por consequência, promovem ações práticas na busca pela garantia dos seus direitos individuais e coletivo. Em seguida, apresentamos os resultados dos dados qualitativos sobre o perfil dos jovens estudantes da pesquisa realizada com os jovens do movimento estudantil secundarista.

O perfil desses jovens se delineia em estudantes de 17 a 21 anos, atuantes dos movimentos sociais e partidos políticos. De acordo com os dados, compreendemos que a inserção em movimentos é algo que se destaca na vida desses estudantes, mostra que no caso desses jovens entrevistados, essa integração vem acontecendo desde o ensino médio, o que reflete no protagonismo do jovem estudante brasileiro, reforçando uma cultura participativa de jovens que, nos últimos anos é protagonizada de forma expressiva nos movimentos sociais.

Podemos perceber que o espaço escolar, enquanto espaço de socialização é capaz de promover alianças entre os estudantes em busca dos mesmos objetivos, visto que, as relações

interpessoais são importantes para que ocorram acordos entre seus semelhantes em busca dos mesmos fins, mas isso não se traduz numa conclusão em que possa constatar que a escola e educação formal sejam mediadoras na busca do sentido da política, pois, a evasão escolar denuncia essa falta de busca por esse sentido no chão da escola, visto que, seria muito leviano ignorarmos os marcadores sociais, os quais, estes sujeitos estão acometidos, quando essas desigualdades refletem nos índices de evasão. Mas cabe ressaltar que, o aprofundamento e análise destes dados não são a proposta desta pesquisa. Portanto, este ponto servirá aqui apenas para refletirmos até que ponto a escola é mediadora neste processo, podendo ser investigado em estudos posteriores.

Os jovens estudantes, enquanto categoria social, são capazes de promover ações coletivas a partir dessas interações, possibilitando que se organizem e se articulem em prol das causas pelas quais acreditam, como mecanismo de ação em prol de mudanças. Afinal, a inserção dos jovens nos espaços de militância já traduzem que almejam um modelo de sociedade diferente do que temos, pois, é através das lutas, promovidas por meio das ações coletivas, que conseguem realizar moções visando objetivos convergentes.

Na construção do capítulo 3, nosso objetivo foi desenvolver, a caráter introdutório, o contexto histórico do movimento estudantil no Brasil contemporâneo, pontuando alguns dos momentos que se destacaram na história do Movimento Estudantil no Brasil. Cabe ressaltar que as memórias resgatadas sobre o ME neste capítulo, serviram apenas para nos situarmos quanto às práticas de ação política da juventude brasileira e conectarmos com os dados empíricos desta pesquisa. Aliado a isso, introduzimos o debate sobre a ação política juvenil e, optamos por abordar a análise sobre a transformação do jovem em estudante e sobre a práxis estudantil na perspectiva teórica da Marialice Foracchi (1977), visto que, a autora é precursora desses estudos no Brasil.

Logo, partimos para os resultados dos dados empíricos deste estudo em torno das práticas da participação política dos jovens estudantes entrevistados. De forma geral, consideramos que a participação política desses jovens, se assemelha com a cultura participativa juvenil existente no Brasil, desenvolvendo-se em contexto com o processo de escolarização. Neste sentido, continuam a ser estudantes os que participam de movimentos sociais.

Porém, em contrapartida, detectamos uma certa discordância entre os nossos resultados com o que a autora Marliace Foracchi nos traz, na perspectiva das questões socioeconômicas, os jovens estudantes entrevistados atuantes do ME, são jovens de escola pública, já inseridos no mercado de trabalho, numa condição de classe menos favorecida economicamente,

diferentemente dos jovens que a autora aborda nos seus estudos, que são jovens de setores privilegiados.

Por fim, no capítulo 4, tratamos sobre o conceito de representação política, a fim de entendermos como esse conceito se associa com o modelo de representação percebida pelos jovens. Em seguida, fizemos uma análise qualitativa sobre os sentidos atribuídos à participação política pelos jovens.

Foi possível constatar que a visão percebida pelos jovens na perspectiva da noção sobre representação, se dá na mesma ideia em que Cotta (1998) expõe, sendo a ideia de representação num regime representativo decisivo, considerando a representação na perspectiva democrática, em que esta ideia está aliada a noção de indivíduos que representam a sua comunidade e categorias nos espaços de poder, assim é vista a representação pelos jovens.

A busca por mudança são protagonizadas por suas representações nos espaços de lutas, vistas como elemento que dispõe de possibilidades de ações que visam construir uma nova realidade em prol do bem-estar social. Isso demonstra que os jovens estão ligados ao desejo de resolver os problemas de suas comunidades e do país, estão cada dia mais dispostos a assumirem posturas que busquem a manutenção e garantia pelo direito à educação, a saúde, pela igualdade de gênero, pela luta contra o racismo, pelo fim da violência contra a comunidade LGBTQIA+, etc., percebemos aqui que são jovens que lutam pelos direitos constitucionais.

Dito isto, os sentidos da participação política na percepção desses jovens entrevistados do ME, está diretamente aliada à essa busca pela transformação social. O movimento estudantil é um espaço que representa um mecanismo de força e autonomia para os estudantes, é por meio dele que esses jovens conseguem praticar o exercício da cidadania de um forma mais enfática. Considerado um espaço importante que remontou momentos históricos que ficaram marcados na história do movimento estudantil brasileiro, como vimos nas manifestações contemporâneas no séc. XX, além disso, conseguiu, por certo período, ser o grande protagonista que representou muita organização e potência, atraindo outros movimentos sociais na sociedade.

Dessa forma, possibilita que os estudantes se façam presentes nos eventos públicos, no que tange ao funcionamento na esfera pública, nos espaços institucionais de poder. Isso também promove uma contribuição na sua formação política e no fortalecimento de uma consciência crítica no que diz respeito às questões sociais. Por esta razão, os sentidos da participação política expressas pelos entrevistados se traduzem na busca da transformação da sociedade visando justiça social.

A participação política juvenil representa um marco histórico para os movimentos sociais juvenis nas últimas décadas, pois, demonstram as condições intelectuais, técnicas e

sociais para se promover uma resistência de forma organizada às políticas que não condizem com o bem-estar da sociedade e tentam anular os direitos conquistados dos cidadãos brasileiros. Os estudantes, dentro dos movimentos, acabam obtendo um amadurecimento muito promissor para a transformação da realidade do nosso país, revendo de forma crítica as estruturas sociais, o modelo de sociedade que vivemos. Seu posicionamento político e ações coletivas de caráter reivindicatório perante o Estado, retrata de forma expressiva sua importância na sociedade.

Assim como a busca pela transformação social orienta a forma como os jovens se colocam diante do mundo, também demonstra as pluralidades existentes e pautadas por eles, este é um aspecto muito importante, porque ao mesmo tempo que eles reconhecem suas singularidades no coletivo, entende que, pautas que estão para além das suas especificidades também são importantes e merecem destaque como bandeiras de luta. Portanto, esses movimentos por meios de ações coletivas expressam não apenas os anseios desses jovens, a sua identidade cultural, mas o quanto partilham de uma mesma perspectiva de mudança.

Neste sentido, a partir das entrevistas realizadas com os jovens secundaristas participantes do ME foi possível perceber que os estudantes consideram os movimentos sociais, sobretudo o ME, um mecanismo que viabiliza a inserção nos espaços de poder em prol de lutas por melhorias sociais. A participação política se destaca como elemento chave para a concretização dos objetivos em comum, no âmbito da educação, cultura e afins.

Os sentidos da participação referem-se a busca por igualdade de direitos, pelo fim do racismo, da homofobia, por melhores condições de trabalho, por uma educação de qualidade, pela valorização da cultura, pela manutenção de direitos conquistados, dentre tantos outros elementos que traduzem a busca pela transformação e justiça social.

Diante do levantamento de dados de pesquisa e dos resultados obtidos que conseguimos analisar, nos possibilita considerar que essa pesquisa requer a continuidade de outras, visto que, há outras possibilidades de abordagens e mostrando-nos ser possível a realização de novas investigações para aprofundar temas que não puderam ser explorados, devido ao foco metodológico desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCHANJO, Daniela Resende. Representação Política: um Diálogo entre a Prática e a Teoria. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 19, n. 38, p. 65-83, fev. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/S7BrzTJt4WVNqsJ4NJmnztG/?format=pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.
- ARENDT, Hannah. **O que é política?** Tradução de Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Ursula, 2002. 240p.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. Ed. Rio de Janeiro: 2007. 352p.
- ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. 1997.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 516 p.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; GIANFRANCO. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988. 1330p.
- BURITY, Joanildo A. Identidade e cidadania: a cultura cívica no contexto de uma nova relação entre sociedade civil, indivíduos e estado. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 15, n. 2, Jul./Dez. 1999. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1242>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- BOURDIEU, Pierre; ORTIZ, Renato (org). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo, 2005. 237p.
- DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. **Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega à escola. Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. Disponível em: [https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2015/01/livro-completo\\_juventude-e-ensino-medio\\_2014.pdf](https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2015/01/livro-completo_juventude-e-ensino-medio_2014.pdf). Acesso em: 11 mar. 2023.
- DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Lino; LEÃO, Geraldo. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? **Educar em revista**, Curitiba, n. 38, p. 237-252, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/3rBtV9HvsS3RhdQRgTXV67S/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- FLITNER, Andreas. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude. In: BRITTO, Sulamita de (org). **Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v. I, p. 37-68.

FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna**. Editora da Universidade de São Paulo. 1972. 168p.

FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1977. 318p.

FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade (Leituras de introdução à sociologia)**. Rio de Janeiro: LTC, 2008, 308p.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81, Jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Lc4THRCyDjMdgWmHHJhpdzb/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências**. Porto Alegre: Artmed, 1999, 340p.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia**. Ática. São Paulo, 1982. 215p.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 157p.

PINTO, Hesaú Rômulo Braga; SOARES, Rômulo José Ribeiro. Cultura Cívica e Comunidade Tradicional: Uma Reflexão Teórica Em Comunidades Tradicionais. III Seminário internacional de Ciências Sociais - Ciência política. 2014, São Borja. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul, RS: Universidade Federal do Pampa, 2014. Disponível em: [https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciapolitica/files/2014/06/CULTURA-C%3%8DVICA-E-COMUNIDADE-TRADICIONAL\\_VERSAO-12-PAGINAS.pdf](https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciapolitica/files/2014/06/CULTURA-C%3%8DVICA-E-COMUNIDADE-TRADICIONAL_VERSAO-12-PAGINAS.pdf). Acesso em: 15 jan. 2023.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 67, p. 15-47, 2006.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklin, 2004. 323p.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social - Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2007. 424p.

SANTOS, André Ricardo Dias. O que é representação política? Uma breve introdução ao tema. **Cadernos Cajuína**, v. 4, n. 3, p. 42-51, 2019.

TOMIZAKI, Kimi; DANILIAUSKAS, Marcelo. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. **Pro-Posições**, v. 29, n. 1, p. 214-238, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8652066>. Acesso em: 12 mar. 2023.

TOURAINE, Alain. **O que é democracia?** Petrópolis; Vozes, 1996. 286p.

WEISHEIMER, Nilson. Apontamentos para uma sociologia da juventude. Diálogos possíveis: **Revista da Faculdade Social da Bahia**, Salvador, v.13, Jan./Jun. 2013. Disponível em: <https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/dialogospossiveis/article/download/383/353> acessado em: 12 jan. 2023.

WEISHEIMER, Nilson. **A Situação Juvenil na Agricultura Familiar**. Curitiba: CRV, 2019. 327p.

WEISHEIMER, Nilson. Marialice Foracchi e a formação da sociologia da juventude no Brasil. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 77, p. 91-117, 2014, dez. 2015. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/39-encontro-anual-da-anpocs/gt/gt36/9785-marialice-foracchi-e-a-formacao-da-sociologia-da-juventude-no-brasil/file>. Acesso em: 11 maio 2023.

WELLER, Wivian. O conceito de gerações e de juventude na obra de Karl Mannheim. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009, Bueno Aires. **Anais** [...]. Argentina: Universidad de Buenos Aires, 2009. Disponível em: <https://cdsa.academica.org/000-062/1800.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.